

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DÉBORA MARIA GOMES SILVEIRA

***Do rastro de passo ao nenhum rastro: a identificação primordial pelo não um do
traço unário***

Belo Horizonte

2012

DÉBORA MARIA GOMES SILVEIRA

Do rastro de passo ao nenhum rastro: a identificação primordial pelo não um do traço unário

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de pesquisa: Estudos Psicanalíticos

Orientação: Profa. Dra. Ângela Maria Resende Vorcaro.

Belo Horizonte

2012

150 Silveira, Débora Maria Gomes
S587d Do rastro de passo ao nenhum rastro [manuscrito] : a
2012 identificação primordial pelo não um do traço unário /
Débora Maria Gomes Silveira. - 2012.
73 f.
Orientadora: Ângela Maria Resende Vorcaro.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Lacan, Jacques, 1901-1981. 2. Psicologia - Teses.
3. Identificação – Teses. I. Vorcaro, Angela M. R. (Angela Maria Resende) II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A Dissertação *“Do rastro de passo ao nenhum rastro: a identificação primordial pelo não um do traço unário”*

elaborada por **Débora Maria Gomes Silveira**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM PSICOLOGIA

Belo Horizonte, 30 de março de 2012.

BANCA EXAMINADORA

A handwritten signature in blue ink, reading "Ângela Maria Resende Vorcaro", written over a dotted line.

Prof. Dra. Ângela Maria Resende Vorcaro
(Orientadora)

A handwritten signature in blue ink, reading "Antônio Márcio Ribeiro Teixeira", written over a dotted line.

Prof. Dr. Antônio Márcio Ribeiro Teixeira

A handwritten signature in blue ink, reading "Maria Rita Salzano Moraes", written over a dotted line.

Prof. Dra. Maria Rita Salzano Moraes

Aos meus pais, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço pelo privilégio de ter fé, esse sentimento que me promoveu conforto dando, por tantas vezes, consistência aos meus ideais quando os espaços vazios dos pensamentos pareceram por demais áridos. Agradeço a Deus, pela forma como se construiu em mim, e a Nossa Senhora, aquela de quem levo o nome, imagem de serenidade e paz.

Com carinho e admiração, agradeço à Profa. Ângela Vorcaro, que desde a graduação compartilhou do meu desejo pelo estudo da psicanálise e acreditou no meu interesse pela teoria, quando minhas palavras eram ainda mais imaturas. Agradeço pela disponibilidade de sempre, pelo constante convite ao conhecimento e aposta nos rumos a que meu desejo me conduziu ao longo da elaboração da dissertação, e ainda, pelo modo acolhedor e por vezes maternal com que orienta e acompanha a minha trajetória acadêmica.

De modo especial, agradeço à linguista, psicanalista e tradutora, Maria Rita Salzano, por ceder a tradução inédita do texto utilizado como fio condutor do presente trabalho. Agradeço pela gentileza que possibilitou uma leitura mais cuidadosa e adequada das palavras de Freud, bem como a construção de um percurso de estudo mais respeitoso à obra psicanalítica.

Aos meus pais, pelas identificações, por me transmitirem os ideais que me constituíram como sujeito desejante e pensante. À minha mãe, Maria Carmen, pelo incentivo incondicional ao conhecimento e por me ensinar que é pelo conhecimento que nos tornamos mais livres. Pela correção cuidadosa do texto, pelo amor com que se volta para os meus sonhos. Ao meu pai, Homero, pelos valores morais e pela ética com que estabeleço meus laços e com que, hoje, conduzo minha prática profissional. Pelo ideal que representa para mim e por ter, a mim, confiado tanto. Ao meu irmão, Bernardo, pela existência que, desde o início, implica que nunca estarei sozinha. À Lili, pelo carinho e disponibilidade sempre que foi preciso. Aos meus avós, por serem diariamente segundos pais, por potencializarem o amor parental com o afago que lhes foi característico. Pelo privilégio de um segundo lar. Em especial, à memória de meu avô Antônio, que partiu há poucos meses. Companheiro de almoços e fonte de ensinamentos cotidianos, indispensáveis e sempre tão amorosos. Esteve presente na trajetória do mestrado, estará presente nesta conclusão. Às tias Cida e Dilu, pela extensão da maternidade, pelos momentos de descontração, pela boa mesa e pelo desejo e incentivo para que eu conheça os bancos das universidades de Paris. Aos padrinhos Paulo e Cândida e às primas Luisa e Raquel, pelo sentido de família! À Gisela, pela amizade e

cumplicidade de anos. À Carminha, pela amizade recente, pelos jantares acolhedores após dias de trabalho difíceis, pelas conversas. Ao Fernando, pelas orações, pela generosidade, pela prontidão com que se faz presente... pelos “abstracts”, sempre que preciso! Ao Renato, pelo amor. Por compartilhar do ímpeto pelo conhecimento e por esclarecer a matemática lacaniana. Pelo silêncio e pelas palavras na medida exata, pelo companheirismo precioso e pelos “sonhos particulares” e “bagunças universais” divididas.

Ao meu analista, Frederico Feu, pelo difícil, mas necessário caminho de desconstruções identificatórias. Pela incerteza em lugar das certezas...

À Equipe de Psicologia do Hospital Risoleta Tolentino Neves, pela busca conjunta por um fazer ético da clínica psicanalítica, por compartilhar do ideal de tratar o sofrimento do outro. Pelos momentos “sérios” que nos trouxeram tantas risadas e recarregaram as energias para encarar o real com que nos deparamos todos os dias.

Aos pacientes deste primeiro ano de clínica, por sustentarem minha crença no tratamento do sofrimento psíquico, por tanto me ensinarem ao supor o meu saber e por me transformarem, e a si mesmos, a cada dia, pelo encontro com a psicanálise.

RESUMO¹

A presente dissertação parte da interrogação sobre o percurso do pensamento lacaniano que leva à postulação do *sujeito da psicanálise como aquele que se representa entre significantes*. Para definir uma via de pesquisa que passe por questões envolvidas na pergunta que nos mobiliza, elegemos a problemática da *identificação*, segundo Freud a tratou, como ponto de partida para o estudo do sujeito. É da leitura sobre as identificações em Freud que Lacan destaca o traço unário como marca primordial do significante no corpo do ser neonato, construindo em torno dessa noção seu *Seminário da Identificação*, proferido entre 1961 e 1962. Assim, definimos uma lógica interna à presente dissertação para o desenvolvimento de seus três capítulos: partimos do estudo das identificações em Freud, percorremos textos pré-psicanalíticos e metapsicológicos que abordam a constituição psíquica e chegamos a uma possível construção de parte da trajetória lacaniana de formalização da noção de traço unário. Nesse percurso, apontamos para a função essencial de presentificação da ausência, indicando passagens que demarcam o caráter constitutivo da perda em Freud, por suas noções de objeto perdido e representação, e em Lacan, pelas noções de signo e significante. Nesse sentido, o estudo da negação se insere pela abordagem lacaniana da privação como falta constitutiva primitiva, retomando diferentes modos de tratar uma perda ou exclusão primordial – desde a *Ausstossung*, passando pela *Verwerfung*, pelo *Urverdrängung* e pela noção de sujeito como -1. Esse caminho nos conduz ao entendimento do traço unário não como apagamento, ou desaparecimento da marca, mas como rasura, isto é, o apagamento que não desfaz a marca. Por fim, pudemos indicar as implicações do estudo da identificação primordial pelo traço unário para a formulação da noção de *objeto a* e para o estudo do desejo como metonímia de toda significação. É pela noção de rasura e, conseqüentemente, de falta, implicada na ideia de traço unário, que o entendimento da repetição, como movimento que busca o reencontro com o objeto perdido, e que o entendimento do sujeito como ser desejante, portanto, pode se dar. Nossa pergunta inicial, por sua vez, foi aqui respondida por essa noção de perda, rasura. O sujeito representado entre significantes é a própria introdução de uma perda na realidade; a função do traço unário é demarcar o lugar da alteridade na inscrição dessa perda como representação, como algo passível de se tornar localizável no campo do Outro.

Palavras-chave: psicanálise, J. Lacan, constituição subjetiva, identificação, traço unário.

¹ Esta dissertação faz uso da grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

ABSTRACT

The following dissertation begins with the questioning about the path of the lacanian's taught that leads to the postulation of the *psychoanalysis's subject as the one who self represents among significant*s. To define a research line that involves the questions that mobilizes us, we elected the problem of *identification*, according to Freud's approach, as the start point to the subject's study. From the reading about the identifications in Freud, Lacan points the unary trait as the significant's primal mark on the newborn being's body, building around this notion his *Identification Seminar*, spoken between 1961 e 1962. Therefore, we define an internal logic to the present dissertation to the development of its three chapters: we start studying the identifications in Freud, run through pre-psychoanalytic and metapsychological texts about the psychic constitution and arrive at a possible construction of part of the lacanian path about the formalization of the unary trait notion. In this route, we point to the essential function of the presentification of absence, marking points that draw the constitutive disposition of the loss in Freud, due to his notions of lost object and representation, and in Lacan, due to the notions of sign and significant. Accordingly, the study of denial is led by the lacanian approach of the privation as a primal constitutive lack, revisiting different ways to treat a loss or primary exclusion – since the *Ausstossung*, through the *Verwerfung*, the *Urverdrängung* and the notion of subject as -1. This line leads us to the knowledge of the unary trait not as a deletion, or vanishing of the mark, but as an erasure, in other words, the deletion that doesn't undo the mark. Finally, we could indicate the implications of the primal identification study by the unary trait to build the notion of *object a* and to the study of desire as a metonymy of all signification. It's by the notion of erasure and, consequently, of lack, inside the unary trait idea, that the knowledge of repetition, as a movement that seeks the reunion with the lost object, and, consequently, that the knowledge of the subject as a desirable being can happen. Our first question, in the other hand, was answered by this notion of loss, erasure. The subject represented between significants is the very introduction of a loss in reality; the function of the unary trait is to demarcate the place of the otherness in the input of this loss as a representation, as something able to be found in the Other's field.

Keywords: psychoanalysis, J. Lacan, subjective constitution, identification, unary trait.

RÉSUMÉ

Cette dissertation part de l'interrogation sur le parcours de la pensée lacanienne qui conduit au postulat du *sujet de la psychanalyse comme celui qui se représente entre les signifiants*. Afin de définir une voie de recherche qui passe par des questions engagées dans la question que nous mobilise, on a élu la problématique de l'*identification* selon Freud comme point de départ pour l'étude du sujet. C'est de la lecture sur les identifications dans Freud que Lacan détache le trait unaire comme marque primordial du signifiant dans le corps du nouveau-né, en construisant autour de cette notion son *Séminaire de l'Identification*, prononcée entre 1961 et 1962. Ainsi, on a défini une logique interne à cette dissertation pour le développement de ses trois chapitres: on part de l'étude des identifications dans Freud, on revisite des textes pré-psychanalytiques et métapsychologiques qui abordent la constitution psychique et on arrive à une construction possible d'une partie de la trajectoire lacanienne de formalisation de la notion de trait unaire. Dans ce parcours, on détache la fonction essentielle de présentation de l'absence, en montrant des passages qui délimitent le caractère constitutif de la perte dans Freud, par les notions d'objet perdu et de représentation, et dans Lacan, par les notions de signe et de signifiant. Dans ce sens, l'étude de la négation s'insère par l'abordage lacanien de la privation comme manque constitutif primitif, en reprenant des formes diverses de traiter une perte ou une exclusion primordiale – depuis l'*Ausstossung*, en passant par la *Verwerfung*, par l'*Urverdrängung* et par la notion du sujet comme -1. Ce chemin nous conduit à une compréhension du trait unaire, non comme effacement ou disparition, mais comme rature, cette à dire effacement qui ne défait pas la marque. Finalement, on a pu indiquer les implications de l'étude de l'identification primordiale par le trait unaire dans la formulation de la notion de l'*objet a* et pour l'étude du désir comme métonymie de toute signification. C'est travers la notion de rature et, en conséquence, de manque, impliquée dans l'idée de trait unaire, que la compréhension de la répétition, comme mouvement qui cherche de retrouver l'objet perdu, aussi bien que la compréhension du sujet comme être désirant peuvent se donner. Notre question initiale, à son tour, est ici répondue par cette notion de perte, rature. Le sujet représenté entre les signifiants est l'introduction d'une perte dans la réalité; la fonction du trait unaire est de démarquer le lieu de l'altérité dans l'inscription de cette perte comme représentation, comme quelque chose passible de se localiser dans le champ de l'Autre.

Mots clés: psychanalyse, J. Lacan, constitution subjective, identification, trait unaire.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PRIMEIRO CAPÍTULO: O estudo da identificação de Freud a Lacan: do <i>traço único</i> ao <i>traço unário</i>	16
1.1 A identificação em Sigmund Freud	17
1.2 A identificação em Jacques Lacan	23
1.2.1 A identificação simbólica	25
1.2.2 O pensamento lacaniano no <i>Seminário da Identificação</i> : relações entre o sujeito da psicanálise e demais campos do saber	26
2 SEGUNDO CAPÍTULO: Encontro e perda primordiais do objeto	34
2.1 Uma passagem pelas hipóteses constitutivas presentes no <i>Projeto</i>	35
2.2 Do que se inscreve como representação	38
2.2.1 Do significante à representação	43
3 TERCEIRO CAPÍTULO: Da <i>Verneinung</i> ao <i>não um</i> do traço unário	47
3.1 A constituição do sujeito segundo as operações primordiais de afirmação/expulsão	47
3.2 A <i>Verwerfung</i> implicada na <i>Verneinung</i> : o caráter constitutivo de uma exclusão primordial	52
3.3 O apagamento como rasura: a constituição do sujeito como -1	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
A introdução da perda na realidade e a constituição do sujeito representado entre significantes.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

INTRODUÇÃO

A presente dissertação parte da interrogação sobre o percurso do pensamento lacaniano que leva à postulação do *sujeito da psicanálise como representado entre significantes*. Uma vez que a psicanálise interroga a ciência a partir da inclusão do sujeito do inconsciente em seu discurso e erigindo sobre este um novo campo de saber, o ato de interrogar o sujeito definido segundo a especificidade linguística da teoria lacaniana interroga os próprios fundamentos da psicanálise, tendo em vista que indaga que noção é essa – a de sujeito – que demarca essencialmente isso que aproxima e difere esse campo de saber, que é o nosso, do campo da ciência.

Para definir uma via de pesquisa que passe por questões envolvidas na pergunta que nos mobiliza, elegemos a problemática da *identificação*, segundo Freud a tratou, como ponto de partida para o estudo do sujeito. Trata-se de saber como este se constitui a partir das operações identificatórias primárias. Partindo do ensino freudiano, Lacan defende, neste primeiro tempo de seu ensino, a estruturação do inconsciente como uma linguagem, trazendo² da Linguística para a teoria psicanalítica as noções de signo, significante e significado, metáfora e metonímia. Seu esforço, de algum modo, referencia-se em seu próprio mestre que se inspirara na Física para construir os primeiros esboços de um aparelho psíquico. Para Lacan, as questões sobre a constituição subjetiva pelas operações de identificação envolvem, necessariamente, aquela sobre a dependência do sujeito do significante. Trata-se de cernir, partindo do estudo das primeiras identificações, o que está em jogo na entrada do ser neonato no campo da linguagem e o que é preciso que haja aí, para que a amarração entre os registros real, simbólico e imaginário se torne possível.

As leituras que nortearam predominantemente este trabalho pertencem às obras freudiana e lacaniana. Tal escolha deveu-se à intenção de percorrer o pensamento que inaugura a psicanálise e fornece as bases à reinvenção da teoria, por Lacan. Percorrer os textos de Freud foi fundamental para apreender as noções que cercam as de sujeito e de identificação nos vários tempos de sua formulação, bem como para clarear as postulações

² As noções mencionadas, assim como tantas outras que perpassam o discurso de Lacan, são trazidas à Psicanálise de outros campos de saber e trabalhadas ao longo de seu ensino segundo o sentido definido por Georges Canguilhem, que nos esclarece: “... trabalhar um conceito é fazer variar-lhe a extensão e a compreensão, generalizá-lo pela incorporação de traços de exceção, exportá-lo para fora de sua região de origem, tomá-lo por um modelo ou, inversamente, procurar um modelo para ele, em resumo, conferir-lhe progressivamente, por transformações reguladas, a função de uma forma.” (Canguilhem, 1963, citado por Miller, 2009, p. 62). Somente pelo que nos indica esta definição, o justo valor de reinvenção da psicanálise freudiana por Lacan lhe é conferido.

lacanianas que não se fizeram sem o rigor do estudo da obra freudiana. Assim, o capítulo VII do texto sobre *A Psicologia das Massas e a Análise do Eu* (1921) é o marco inicial do qual parte esse trabalho. Dele, Lacan toma o termo *einzigster Zug* sobre o qual desenvolverá todo o seu *Seminário da Identificação*, proferido entre os anos de 1961 e 1962. Ambas as leituras consistem, portanto, nas referências mestres da presente dissertação.

No primeiro capítulo, abordamos a identificação em Freud a partir do texto mencionado. O três modos de identificação tratados – a *identificação ao pai*, o *modo regressivo* e a *identificação histórica* são apresentados para deles destacarmos seus pontos comuns: a primariedade dos processos de identificação na constituição do sujeito a partir da introjeção/ incorporação³ de traços do objeto no Eu, a definição da identificação como efeito da perda do objeto e a consequente formação do *ideal do eu* como efeito das primeiras identificações. O quarto modo de identificação mencionado no texto, presente na melancolia, embora não abordado a fundo naquele trabalho, é fundamental para elucidar os pontos destacados. São esses pontos os guias das leituras que compõem o percurso da dissertação.

A partir do que Freud aponta sobre a formação de uma instância específica no Eu implicada pela perda do objeto, percorremos suas considerações sobre o *ideal do eu* presentes no texto sobre o *Eu e o Id* (1923) e em sua 31^a das *Novas Conferências Introdutórias* (1933).

³ Em relação às possíveis ambiguidades decorrentes de uma utilização não rigorosa dos termos e a propósito do primeiro modo de identificação tratado por Freud (1921), Lacan (1961-62) considera: “(...) eu lhes lembro isso que não se pode saber se é nos antecedentes, os primeiros, ou se é no futuro do meu discurso que o aponto – é que a primeira forma de identificação, e essa à qual se faz referência com tanta leveza, com psitacismo de papagaio, é a identificação que, dizem-nos, incorpora, ou ainda – acrescentando uma confusão à imprecisão da primeira fórmula – introjecta. Contentemo-nos com o ‘incorpora’ que é a melhor. Como começar por essa primeira forma de identificação, já que nem a mínima indicação, nem a mínima referência, senão vagamente metafórica, não lhes é dado numa tal fórmula sobre o que isso pode, de fato, querer dizer? Ou então, se se fala de incorporação, é porque deve se produzir alguma coisa no nível do corpo. Eu não sei se poderei, este ano, conduzir as coisas tão longe – eu o espero mesmo assim, temos tempo, diante de nós, para conseguir, vindo lá de onde partimos, dar seu sentido pleno e seu sentido verdadeiro a essa incorporação da primeira identificação.” (inédito – lição de 28/03/1962). O sentido pleno de que nos diz Lacan não é abordado em sua profundidade ao longo do ano, como fora sua pretensão. Há, no entanto, a indicação de que alguma coisa de uma “realidade da identificação” deva ser considerada ao se destacar o traço unário como o que pode marcar propriamente o corpo do ser a se constituir como sujeito. A esse respeito, ao apontar a precedência da *identificação ao pai* de que nos fala Freud (1921) em relação às demais, Conté (1995) afirma tratar-se “de uma *incorporação (Einverleibung)*, isto é, de alguma coisa que deve ser distinguida da introjeção, na medida em que esta seria o inverso da projeção, pondo em jogo o registro imaginário; é do corpo que se trata nesse caso, ou até de uma refeição canibalesca em que nada indica ainda o funcionamento de uma subjetividade, mas onde Freud nos permite discernir, na opacidade desse devoramento fundamental, o ponto de surgimento da estrutura inconsciente enquanto algo que remete à essência *ausente* do corpo (p. 174 – itálicos do autor). No presente trabalho, optou-se por manter o termo introjeção nos pontos em que Freud o utiliza ao longo da obra. Nas demais passagens, que não se referem a trechos diretos da obra, optou-se por não eleger um termo como mais adequado uma vez que a imprecisão advém da própria essência do construir teórico em que Freud estava envolvido. Faz-se necessário, no entanto, expor as considerações posteriores que podem permitir o entendimento mais claro do percurso do pensamento psicanalítico de Freud a Lacan. Em alguns trechos da presente dissertação, portanto, o termo introjeção, mais utilizado nos textos freudianos, será visto isoladamente e, em outros pontos, manteremos ambos os termos – introjeção/ incorporação – unidos.

O estudo sobre a formação do *ideal do eu* implica, por sua vez, uma investigação sobre *O Recalque* (1915) a partir do que é possível considerar uma aproximação entre a primariedade da *identificação ao pai*, abordada em 1921, e o *recalque original* tratado por Freud em 1915. Observa-se que assim como o *recalque original* é um atrativo das representações recalçadas secundariamente, a *identificação ao pai* atua como uma precursora das operações de identificação pelas quais o sujeito passará ao longo da vida. Ambos – *recalque original* e a *identificação ao pai* – são tratados por Freud como operações do tempo mais primitivo da constituição psíquica do sujeito e que deixam seus efeitos marcados para os tempos posteriores dessa constituição.

Em seguida, ainda no primeiro capítulo, apresentamos considerações acerca da identificação em Lacan. O *Seminário da Identificação* (1961-62) é perpassado para indicar em que o *einzigster Zug* de Freud serve à elaboração teórica lacaniana sobre a identificação simbólica e, portanto, sobre a dependência do sujeito do significante como tal. Os saberes essenciais à fala de Lacan nesse seminário – a Filosofia, a Matemática e a Linguística – são abordados para indicarmos o modo singular de reinvenção da psicanálise pelo autor a partir do confronto entre diferentes discursos – sejam científicos ou não – e o cerne da descoberta freudiana – o sujeito do inconsciente. Já nesse capítulo, apontamos para as relações fundamentais entre o traço unário e o Outro, indicando a prevalência do simbólico nesse tempo do ensino lacaniano como campo que precede o sujeito e modifica o ser neonato de modo primordial e irremediável. A dependência do sujeito do significante é abordada segundo os apagamentos que a marca empreendida pelo traço promove no sujeito que se constitui. Do traço unário ao significante que representa o sujeito, pode-se pensar na relação entre a perda de algo, como abordada por Freud, e o apagamento necessário a qualquer instauração de uma representação da ordem do significante. Entendemos que assim como Freud considerara a emergência de um ideal na instância do Eu mediante um apagamento do objeto, ou seja, observou a precisão de que algo do objeto se encontre perdido para que a operação de identificação possa advir, Lacan recorreu à postulação da estruturação do inconsciente como uma linguagem para dizer da origem do traço a partir das marcas empreendidas pelo signo e pelo significante na constituição do sujeito.

Assim, para buscar as primeiras considerações (pré) psicanalíticas sobre as relações primordiais entre o ser neonato e o objeto, retornamos, no segundo capítulo, ao *Projeto para uma Psicologia Científica* (Freud, 1895) no qual reencontramos o lugar central da perda do objeto nos processos constitutivos. Nesse trabalho, a centralidade da perda do objeto sustenta, em um tempo anterior à formalização do saber psicanalítico, a própria possibilidade de se

desenvolver toda uma teoria sobre a constituição psíquica. A partir desse trabalho, os textos metapsicológicos delineiam a trajetória do pensamento freudiano sobre as consequências de tais relações primordiais em que a perda é inerente e mesmo necessária. É a partir dela que algo de psíquico poderá advir. Nesse sentido, o que se destaca dos efeitos da perda primordial do objeto configura o paradoxo da presentificação da ausência. No ato de fundação do psiquismo, Freud aponta para um apagamento que produz efeitos não de desaparecimento, mas de rasura, tendo em vista que o que se perde permanece presente na determinação do funcionamento psíquico do sujeito que se constitui. O que se inscreve como representação psíquica, isso que orienta a formulação da teoria psicanalítica a partir da descoberta do inconsciente, não é senão a partir do inapreensível, dos efeitos daquilo que se perde sem, contudo, cessar de produzir desdobramentos a partir da própria instauração da função representativa.

Ainda no segundo capítulo, percorremos textos que tratam do estatuto assumido pela função de representação na teoria psicanalítica. O objetivo é indicar as relações próximas entre a teoria da representação, definida como efeito da perda primordial do objeto, e a estrutura significante do inconsciente de que nos fala Lacan. Se é do traço unário que o significante advém, faz-se necessário apresentar a função representativa que o significante assume na estruturação psíquica, bem como cercar as passagens que nos permitem afirmar que não há qualquer representação sem um apagamento que a preceda e instaure. Tal apagamento, por sua vez, nos conduz às considerações acerca da função do Outro na inoculação do significante no corpo do ser neonato. A teoria freudiana da perda do objeto articula-se, nesse sentido, a esse desencontro fundamental de que nos fala Lacan a respeito das relações primordiais entre o ser e o outro, relações estas, por sua vez, precedidas pelo campo simbólico que o Outro representa e veicula. Do significante à representação, a passagem pelo Outro deixa seus efeitos presentificados pela negatividade. É do intervalo, do *gap* fundamental que enlaça o simbólico ao real que o sujeito pode advir como marcado pelo traço. Do outro – “pessoa experiente” de Freud – ao Outro lacaniano, o sujeito é constituído por esse traço que o concerne sem, no entanto, o prover de qualidades positivas. As noções de falta, apagamento, rasura se fazem evidentes na possibilidade de inoculação do significante no corpo, instauração do recalque e fundação da função representativa.

Partindo, portanto, da função constitutiva da falta, essa ausência que a perda primordial implica, abordamos, no terceiro capítulo, as relações entre a *negação* e a constituição do sujeito. Sustentando a lógica que orienta a presente dissertação, retornando às hipóteses constitutivas freudianas de forma a considerar a sequência do pensamento que

permite a Lacan introduzir a questão da negação em sua abordagem da identificação do sujeito a partir traço unário. Primeiramente, percorremos o texto sobre a *Verneinung* (1925), a partir do qual buscamos em pontos da obra as considerações de Freud sobre a formação do Eu. A questão da negação nos conduz às passagens relativas à função do juízo para a teoria da constituição psíquica segundo a noção freudiana de fronteira que demarca um dentro e um fora – um Eu e um não Eu. As operações primordiais de afirmação/ expulsão – *Bejahung/ Ausstossung* – contidas no exercício da função judicativa, demarcam a impossibilidade de uma positividade, de uma existência, sem uma negatividade que lhe seja correlata. Nesse sentido, a própria noção de existência pressupõe a ausência e, portanto, articula-se ao paradoxo da presentificação do objeto perdido implicado pela representação.

Partindo de Freud, percorremos, em seguida, os comentários de Lacan e Hyppolite sobre da *Verneinung* a propósito do seminário sobre os *Escritos Técnicos de Freud* (1953-54). É pelo estudo da *Verneinung* que a *Verwerfung* abordada por Freud no caso do Homem dos Lobos (1918) é tratada por Lacan por seu efeito de abolição simbólica. A *Verwerfung*, inserida na dialética da *Verneinung* e situada em oposição à *Bejahung*, fornece ao discurso lacaniano o recurso à delimitação primordial entre os registros simbólico e real em um tempo mítico da constituição do sujeito e interroga, por sua vez, a noção de fronteira presente na abordagem freudiana da atividade judicativa como delimitadora de um dentro e de um fora. A ideia de exclusão de um dentro primitivo presente na *Verwerfung*, tal qual tratada por Lacan no *Seminário das Psicoses* (1955-56) convoca o pensamento de seus ouvintes à consideração do paradoxo da presentificação da ausência que perpassa a obra freudiana. Assim como percorremos textos de Freud que apontam para os efeitos constitutivos da perda do objeto primordial, Lacan considera, a partir de suas elaborações sobre a *Verwerfung*, acerca dos destinos disso que é expulso da operação judicativa primitiva. Isso que é suprimido de sua *Bejahung*, “(...) constitui, diz-nos Freud, aquilo que não existe propriamente, e é como tal que ek-siste, pois nada existe senão sobre um suposto fundo de ausência. Nada existe senão na medida em que não existe.” (Lacan, 1966 [1954]/ 1998, p. 394).

Já em seu *Seminário da Identificação* (1961-62), a questão da negação é orientada pela filosofia das proposições aristotélicas e em relação aos tempos da constituição do sujeito demarcados pela privação, pela frustração e pela castração. Os efeitos dos apagamentos constitutivos do psiquismo são abordados a partir da rasura promovida pelo traço unário na constituição do que Lacan concerne como a identificação simbólica. Com Lacan, interrogamos a lógica Aristotélica recorrendo ao quadrante de Peirce para indicar as relações entre a privação e a noção de sujeito como -1 implicada em sua formulação da noção de traço unário.

O *não um* demarca a função da ausência que suporta qualquer existência. O sujeito advém, portanto, dessa privação primeira à que se articula a perda primordial do objeto de que nos fala Freud. Nesse sentido, o paradoxo da presentificação da ausência enseja as formulações lacanianas acerca da constitutividade da falta. A noção de traço unário implica a consideração de uma operação de apagamento por seu efeito de rasura, não de desaparecimento. A pergunta inicial que nos mobiliza é aqui respondida, portanto, por essa noção de perda, rasura. Já nas considerações finais, indicamos a afirmação de Lacan de que o sujeito representado entre significantes é a própria “introdução de uma perda na realidade” (Lacan, 1966/ 1976, p. 205); a função do traço unário é, portanto, demarcar o lugar da alteridade na inscrição dessa perda como representação, como algo passível de se tornar localizável no campo do Outro.

Faz-se importante destacar os limites inerentes ao processo de construção da presente dissertação. Os desdobramentos da noção de traço unário, formulada a partir dos estudos das identificações em Freud, perpassam toda a obra lacianiana e, neste trabalho, foi necessário circunscrever pontos específicos da obra e suportar a falta, a incompletude de uma leitura irremediavelmente restrita, limitada. A falta, no entanto, sustenta uma posição desejante e mobiliza a continuidade, a busca constante por cercar o objeto que nos mobiliza. Desse modo, apresentamos, em seguida, a escrita que se fez possível construir dentro das limitações e esperamos pelo enriquecimento do trabalho a partir das considerações advindas de suas lacunas.

1 PRIMEIRO CAPÍTULO

O estudo da identificação de Freud a Lacan: do *traço único* ao *traço unário*

No seminário proferido por Jacques Lacan entre 1961 e 1962, o tema da identificação é tratado a partir das elaborações em torno de um termo extraído da obra freudiana, o qual remete ao processo da identificação e suas relações com o significante. *Einzigster Zug* é o termo extraído do capítulo sete do texto sobre a *Psicologia das Massas e a Análise do Eu* (Freud, 1921). Lacan marca a especificidade de suas elaborações sobre a identificação a partir do *einzigster Zug*, tomando a tradução literal do alemão – traço único – modificando a palavra “único” pelo termo “unário”, na medida em que a noção de identificação sobre a qual tratará se dá pela marca de uma diferença, de uma unicidade, e não de uma unidade entre o sujeito que se constitui e aquele a quem este se identifica.

As elaborações acerca do traço unário e da identificação referem-se ao esforço de Lacan em cercar como se pode conceber “efetivamente essa dependência da formação do sujeito em relação à existência do significante como tal.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 15/11/1961), isto é, o que está em jogo na entrada do ser no campo da linguagem e o que é preciso que haja aí, para que a amarração ao registro simbólico se torne possível. No texto freudiano, a identificação é tratada “como a mais remota expressão de um laço afetivo [*Gefühlsbindung*] com uma outra pessoa. Ela desempenha um papel na pré-história do Complexo de Édipo.” (Freud, 1921)⁴. Freud indica um momento anterior ao envolvimento do menino nas vicissitudes edípicas, em que haveria uma identificação primitiva ao pai como possibilitadora do desencadeamento das ambivalências de amor e ódio vividas no Édipo. Nesse sentido, se o Édipo, na experiência psicanalítica, é tido como momento crucial do acesso da criança ao registro simbólico (Lacan, 1981 [1955-56]/ 2002), Freud aponta a existência de uma marca que antecede o próprio complexo e a ele dá possibilidade. Essa identificação primitiva tomará, num tempo posterior e em certas condições, um colorido hostil e culminará com o desejo de substituição do pai, comportando-se como “um derivado da primeira fase *oral* da organização libidinal, na qual o objeto ansiado e apreciado é incorporado através do comer [*Essen*] e assim é aniquilado como tal.” (Freud, 1921).

É na definição de um segundo modo de identificação, que Freud chamou de regressiva, que se fala de uma assunção do ego das características do objeto ao qual se

⁴ Ao longo da dissertação, todos os trechos citados do Capítulo VII da obra *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (Freud, 1921) referenciam-se na tradução direta do alemão de Maria Rita Salzano, realizada em 2009, conforme orientação da Profa. Dra. Ângela Vorcaro. Tradução não publicada.

identifica e que, por sua vez, pode ser ou não uma pessoa amada. Ressalta-se que em ambos os casos – de identificação com a pessoa amada ou com a não amada – essa se dá de forma “parcial e altamente limitada, tomando emprestado da pessoa objeto [*Objektperson*] apenas um único traço [*nur einen einzigen Zug*].” (Freud, 1921). Lacan eleva esses processos de identificação aos quais Freud chamou primitiva e parcial a uma pertinência estrutural, traduzindo o termo *einzig* (único), do alemão, para o termo “unário”, no sentido de indicar que essa identificação fundada num único traço, na medida em que é identificação significante, “serve para conotar a diferença em estado puro” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 06/12/1961), isto é, vem marcada pela essência do significante, que tem mais uma função distintiva que uma função identitária de eliminação das diferenças qualitativas. Para Lacan, trata-se de abordar a identificação simbólica e, portanto, a relação do ser com o significante e, em consequência, a relação deste último com o signo. Trata-se de tentar articular, pela elaboração da noção de *traço unário*, quais “são as leis da identificação enquanto identificação de significantes” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 22/11/1961), a qual antecede e fornece a base àquela que é a identificação imaginária sobre a qual Lacan tratou em seu texto sobre o estágio do espelho (1949).

1.1 A identificação em Sigmund Freud

No texto sobre a *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921) Freud argumenta a impossibilidade de separação entre o indivíduo e seu meio social para o alcance de êxito em uma análise, indicando a necessária consideração da participação de figuras externas ao próprio indivíduo – pais, irmãos, pares em geral – para a formação psíquica do homem. Interessa notar que desde seu *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895) o autor toma essa perspectiva ao afirmar ser “em relação a seus semelhantes que o ser humano aprende a conhecer.” (Freud, 1950 [1895]/ 1996, p. 383). Nesse princípio dos anos vinte, o que interessa a Freud é compreender o que há de propriamente libidinal na organização de um grupo, ou ainda, do que se trata na gênese do que chamou um “instinto social” (Freud, 1921/ 1996, p. 82) de cada indivíduo.

Para isso, o autor dedica um capítulo de seu texto às considerações sobre a identificação, que é tratada como a primeira expressão de um laço emocional, desempenhando um papel na história primitiva do complexo edípico. Sua elaboração parte, portanto, da investigação do estabelecimento das relações de identificação entre o Eu e o objeto. Freud destaca três modos de identificação, em relação aos quais indica a possibilidade de se pensar

uma certa sequência. Primeiramente, diz da identificação ao pai pela qual o menino toma a figura paterna como ideal a ser correspondido. Freud é breve ao dizer do mesmo processo em relação à menina, indicando apenas que essa mesma identificação, tomada como primária, estaria ligada à idealização do genitor do mesmo sexo por parte da criança. Assim, pode-se deduzir que a menina tomaria a mãe como ideal, o que de fato é indicado pelo autor em uma nota de rodapé em seu texto sobre *O Eu e o Id*, dois anos mais tarde⁵. O texto freudiano de 1921 dedica-se, no entanto, à explanação mais detalhada da *identificação ao pai* empreendida pelo menino, apontando ser este momento anterior e mesmo precipitador do complexo de Édipo. Ao mesmo tempo em que o pai é tomado como ideal, o menino direciona seu investimento objetal à figura materna; o complexo de Édipo nasceria da tensão entre a idealização da figura paterna e o investimento sexual dirigido à mãe, o que culmina com a transformação do amor pelo pai em hostilidade e desejo de substituição deste. Freud destaca a inerência da ambivalência⁶ no processo de identificação e associa esse modo primário ao desenvolvimento da fase oral, tomada como representante da possibilidade de assunção das características do objeto idealizado pela via do devoramento e, portanto, da aniquilação desse objeto. O autor acrescenta que o processo de identificação primária, a partir da idealização do outro primordial, é possível antes de qualquer escolha sexual de objeto. Trata-se, portanto, de um tempo remoto da constituição psíquica do ser no qual ele é capturado por elementos que se destacam, na relação com o outro, como ideais.

Freud parte para um segundo modo de identificação no qual elementos da formação sintomática neurótica são tomados a partir da cópia empreendida pelo Eu de traços do objeto. O autor ilustra com a suposição de uma menininha que, em suas vicissitudes edípicas, desenvolve o mesmo sintoma de tosse observado em sua mãe. Aqui, o objeto em questão – a figura materna – amado e idealizado, mas também hostilizado, é copiado em seu traço de

⁵ Cf. Freud, S. (2007). O eu e o id. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, C. Dornbusch, H. Araújo, E. V. K. P. Susemihl & M. R. Salzano, trans., Vol. 3, pp. 13-92). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923), p. 42.

⁶ A questão da ambivalência do laço primordial entre o ser neonato e o outro semelhante pode ser encontrada em diversos pontos da obra de Freud. Ao longo da presente dissertação, observaremos a abordagem dessa questão, tratada segundo a especificidade do conteúdo de cada texto, desde o *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895), passando pelo artigo sobre as *Pulsões e Destinos da Pulsão* (1915a), retomando o assunto no estudo das identificações em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921) e, três anos mais tarde, no trabalho sobre *A Negativa* (1925). A partir do *Projeto* (1895) e a respeito dessas primeiras relações entre o neonato e o objeto que será, segundo Freud, ao mesmo tempo primeira fonte de satisfação e primeiro objeto hostil, estranho ao Eu, Lacan (1986 [1959-60]/ 1988) afirma que “sobre essa base entra em jogo o que vamos agora ver funcionar como a primeira apreensão da realidade pelo sujeito. (...) Fórmula totalmente surpreendente na medida em que articula energeticamente o à-parte e a similitude, a separação e a identidade. (...) É uma divisão original da experiência da realidade. Reencontramos isso na *Verneinung*. (...) O *Ding* como *Fremde*, estranho e podendo mesmo ser hostil num dado momento, em todo caso como primeiro exterior, é em torno do que se orienta todo o encaminhamento do sujeito. É sem dúvida alguma um encaminhamento de controle, de referência, em relação a quê? – ao mundo de seus desejos.” (p. 68-69). Esses pontos serão retomados mais adiante.

sofrimento: a menina gostaria de ser como sua mãe e, devido ao sentimento de culpa decorrente do desejo de substituí-la, só pode sê-la identificando-se ao seu sintoma. De outra forma, há também a possível identificação a traço do objeto amado, mas não pela via do sentimento de culpa derivado da hostilidade. Aqui, pode-se pensar que a identificação mantém-se na ordem da idealização do objeto, não o genitor do mesmo sexo, mas aquele a quem o investimento libidinal é dirigido. Freud exemplifica com a cópia feita por Dora do sintoma de tosse do pai⁷: “então, só podemos descrever este estado de coisas desta maneira: *a identificação surgiu no lugar da escolha de objeto; a escolha de objeto regrediu para a identificação.*” (Freud, 1921 – itálicos do autor). Essa é, portanto, a *identificação chamada regressiva*, nomeação que corrobora a ideia de primariedade do processo de identificação por um traço capturado do objeto como ideal, na medida em que destaca a regressão a um tempo anterior à escolha sexual do objeto. Tal identificação é parcial, limitada, “tomando emprestado da pessoa objeto [*Objektperson*] apenas um único traço [*nur einen einzigen Zug*].” (Freud, 1921).

O terceiro modo de identificação tratado por Freud diferencia-se dos modos anteriores na medida em que não se refere às relações diretas entre o Eu e o objeto amado (ou hostilizado). A *identificação pelo sintoma* se dá na ordem do desejo. Segundo Freud, o Eu se identifica àquilo do outro que é tomado como próprio ao seu desejo, produzindo o sintoma como resposta à realidade deste outro que não necessariamente corresponde a um objeto de investimento, podendo mesmo ser desconhecido. O autor diz da identificação pelo sintoma como “índice de um lugar de coincidência dos dois Eus, lugar este que deve se manter recalcado.” (Freud, 1921). O sintoma se produz como reação a um lugar ocupado pelo outro, lugar que corresponde ao desejo do Eu.

Freud sintetiza o que foi tratado nos três modos de identificação descritos:

(...) primeiro, que a identificação é a forma mais originária de laço afetivo com um objeto; segundo, por via regressiva, ela se torna um substituto de uma ligação libidinal de objeto, mediante a introjeção do objeto no Eu, por assim dizer; e terceiro, ela pode nascer a cada nova qualidade comum partilhada [comunidade] com uma pessoa que não é objeto das pulsões sexuais. Quanto mais significativa for essa qualidade comum partilhada, tanto mais bem sucedida deverá ser essa identificação parcial e assim, corresponder ao início de um novo laço. (Freud, 1921).

⁷ Cf. Freud, S. (1996). Fragmento da análise de um caso de histeria. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (V. Ribeiro, trad., Vol. 7, pp. 13-116). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905a).

Um quarto modo de identificação é destacado pelo autor, que retoma a referência feita ao estudo da melancolia⁸. Em decorrência de perda real ou afetiva do objeto amado, o Eu introjeta esse objeto, dirigindo a si próprio as censuras e depreciações que estariam voltadas àquele como forma de vingança pelo “abandono” sofrido.

Constata-se que alguns pontos se destacam dos processos de identificação tratados por Freud. Primeiramente, ele observa que há a implicação da perda ou abandono do objeto nos processos de identificação: “a identificação com o objeto abandonado ou perdido para a substituição do mesmo, a introjeção desse objeto no Eu, não constitui nenhuma novidade para nós. Um processo como este pode, às vezes, ser diretamente observado na criança pequena.” (Freud, 1921). Em relação à *identificação ao pai*, com o desenvolvimento do complexo de Édipo e considerando sua conclusão pela renúncia ao investimento objetal direcionado às figuras parentais, Freud traz a intensificação das identificações primárias como compensação à perda dos objetos primordiais (Freud, 1933/ 1996). Quanto à *identificação regressiva*, a perda do objeto também é compensada por esse mecanismo de regressão da escolha de objeto à identificação, restabelecendo no Eu os traços tomados como ideais do objeto perdido (Freud, 1933/ 1996). Na *identificação pelo sintoma*, poder-se-ia considerar que na medida em que algo de sintomático se produz a partir da captura pelo Eu de determinados aspectos do outro, o objeto da identificação se perde em prol da identificação ao sintoma do outro: o sintoma entra no lugar do ideal. No curso da formação de uma melancolia, por sua vez, a perda do objeto, real ou afetiva, está posta *a priori*. Freud indica, no entanto, que ainda que essa perda seja concreta, observa-se no melancólico uma dificuldade em apreender conscientemente o que foi perdido, “pois, se o doente sabe *quem* ele perdeu, não sabe dizer *o que* se perdeu com o desaparecimento desse objeto amado. Isto, portanto, nos leva a relacionar a melancolia com a perda de um objeto que escapa à consciência (...)” (Freud, 1917/ 2006, p. 105 – itálicos do autor). A depreciação do “sentimento-de-Si”, a partir da introjeção do objeto perdido no Eu, surge como forma de preservação da própria existência do objeto, na medida em que se trata de acusá-lo por meio dos lamentos e queixas sobre si mesmo. “Assim, a sombra do objeto caiu sobre o Eu.” (Freud, 1917/ 2006, p. 108).

Portanto, diante da perda do objeto o Eu introjeta-o e se divide, erigindo em si uma instância *ideal*. Em 1914, no artigo sobre o *narcisismo*, esse ideal é tratado como condição para o recalque na medida em que eleva o nível das exigências do Eu favorecendo a renúncia

⁸ Cf. Freud, S (2006). Luto e melancolia. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, C. Dornbusch, H. Araújo & M. R. Salzano, trads., Vol. 2, pp. 99-122). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917).

à satisfação libidinal própria à fase narcísica da infância (Freud, 1914/ 2004, p. 112-113). Em 1921, Freud mantém a ideia do *ideal do eu* como instância que se subdividiu do Eu e à qual podem ser atribuídas as funções como “a auto-observação [*Selbstbeobachtung*], a consciência moral [*moralisches Gewissen*], a censura onírica [*Traumzensur*] e a principal influência quando do recalque.” (Freud, 1921). Aqui, acrescenta-se o importante processo de tal subdivisão que não estava precisado em 1914. Trata-se, portanto, da identificação: o raciocínio freudiano parte das relações primordiais entre o infante e o outro para destacar o momento remoto em que este outro, tomado em traços parciais, limitados, como ideal pelo Eu, inocula no infante esse ideal, assimilado pelo próprio Eu como instância crítica que o conduz à civilização na medida em que favorece a renúncia à satisfação pulsional infantil, participa da conclusão do complexo de Édipo e instala o recalque.

Em 1923, no trabalho sobre *O Eu e o Id*, o Supraeu⁹ assume o lugar dessa instância formada a partir de uma divisão do Eu decorrente da assunção, por parte deste, de traços tomados do objeto como ideais. A introjeção de traços do objeto por parte do Eu é tratada com ainda mais destaque para a precedência da perda ou abandono desse objeto. Freud considera que “uma carga de investimento depositada no objeto foi recolhida e substituída por uma identificação” (Freud, 1923/ 2007, p. 40) em um processo próprio às fases primitivas do desenvolvimento, supondo que “o caráter do Eu seja, na verdade, um precipitado destes investimentos recolhidos dos objetos dos quais se desistiu. Assim, poderíamos dizer que o Eu contém a história dessas escolhas objetais.” (Freud, 1923/ 2007, p. 41). A *identificação ao pai* é tomada, no entanto, a partir de um estatuto de primariedade e importância na medida em que se trata de um processo “direto e imediato” (Freud, 1923/ 2007, p. 42), não como consequência de uma catexia de objeto como as demais identificações, mas sim efetuando-se mais primitivamente que qualquer escolha objetual. A origem do *ideal do eu*¹⁰, aqui tratado de forma indiferenciada do Supraeu, remonta à “primeira e mais significativa identificação do indivíduo, aquela com o pai da sua própria pré-história pessoal¹¹.” (Freud, 1923/ 2007, p. 42).

⁹ Os termos Eu e Supraeu foram mantidos de acordo com a coerência e indicação terminológica das traduções mais recentes utilizadas. Os termos ego e superego, por sua vez, foram utilizados somente em citações literais retiradas das versões traduzidas pela Edição Standard. Não há intenção de diferenciação semântica, no entanto, pela utilização dos termos. Vide traduções utilizadas nas Referências Bibliográficas completas, ao final do trabalho.

¹⁰ Embora a versão aqui utilizada do texto *O Eu e o Id* (1923) aponte o termo *Eu-Ideal* como mais apropriado à tradução de *Über-Ich*, manterei a expressão *ideal do eu* para não incorrer em ambiguidades entre os dois termos, diferenciados a partir da teoria lacaniana.

¹¹ Faz-se importante destacar a nota de rodapé incluída por Freud neste ponto de seu texto e na qual aponta que “talvez devêssemos ter mais precaução aqui e falar de pai e mãe, pois, antes de um conhecimento seguro a respeito da diferença dos sexos e da falta do pênis, um não é mais valorizado do que o outro. (...) Contudo, referir-me-ei somente ao pai por motivos de simplificação.” (Freud, 1923/ 2007, p. 84).

Em 1933, Freud retoma o material tratado no texto sobre *O Eu e o Id* (1923) em sua 31ª das *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*. Cerca de dez anos após a introdução da noção de Supraeu, sua formação ainda é considerada

(...) como exemplo bem-sucedido de identificação com a instância parental. O fato que fala decisivamente a favor desse ponto de vista é que essa nova criação de uma instância superior dentro do ego está muito intimamente ligada ao destino do complexo de Édipo, de modo que o superego surge como o herdeiro dessa vinculação afetiva tão importante para a infância. (Freud, 1933/ 1996, p. 69).

Assim, Freud assume a posição de que “a hipótese do superego realmente descreve uma relação estrutural” (Freud, 1933/ 1996, p. 70), atribuindo a essa instância a função de veiculação do *ideal do eu*, definido como “precipitado da antiga imagem dos pais, a expressão de admiração pela perfeição que a criança então lhes atribuía.” (Freud, 1933/ 1996, p. 70).

Como se observa, por vezes, há alguma obscuridade nas definições freudianas que diferenciam o *ideal do eu* e o Supraeu. Em *O Eu e o Id* (1923), tem-se a correspondência entre as duas noções, ambas dizendo de uma instância autocrítica, auto-observadora, derivada das primeiras identificações do sujeito e da conclusão do complexo de Édipo. Em 1933, o Supraeu aparece como veículo do *ideal do eu*, sendo aquele a instância impositora desse ideal erigido como parâmetro da autoavaliação do Eu. Em todo caso, no entanto, observa-se a insistência de Freud em associar os processos de identificação à perda ou abandono do objeto, os quais encontram seu ápice na saída da criança do complexo de Édipo. Na medida em que esse complexo participa, por excelência, da instauração do recalque, tem-se, em Freud, a identificação como processo favorecedor do acesso do infante à cultura, por meio da formação de uma instância diferenciada no Eu e que primará pela observância da manutenção do abandono do polimorfismo e da deriva das pulsões sexuais infantis.

A ressalva de Freud refere-se à primariedade da *identificação ao pai*, que antecede a escolha e o investimento objetivos da criança, encontrando lugar anterior à entrada da criança no complexo edípico e, portanto, participando de processo também anterior à instauração do recalque propriamente dito. Tal ressalva pode aqui ser associada àquela apresentada pelo autor em seu texto sobre *O Recalque* (1915b), em que é suposta a existência de

(...) uma primeira fase do recalque, um *recalque original*, que consiste em interditar ao representante [*Repräsentanz*] psíquico da pulsão (à sua representação mental [*Vorstellung*]) a entrada e admissão no consciente. Esse recalque estabelece então uma *fixação*, e a partir daí o representante em questão subsistirá inalterado e a pulsão permanecerá a ele enlaçada.” (Freud 1915b/ 2004, p. 178-179 – itálicos do autor).

Trata-se de um recalçado original, algo que não fora antes consciente e pela operação de recalque secundário repellido ao inconsciente, mas algo essencialmente desconhecido que atuaria como um atrativo de tudo que com ele estabeleça alguma ligação.

A segunda etapa do recalque, o *recalque propriamente dito*, refere-se a representações derivadas do representante recalçado ou ainda àquelas cadeias de pensamentos que, provindo de outros lugares, acabam estabelecendo ligações [*Beziehungen*] associativas com esse representante. Devido a essa ligação, tais representações sofrem o mesmo destino do recalçado original. O recalque propriamente dito é, portanto, um pós-calcar [*Nachdrängen*]. Aliás, seria incorreto se déssemos destaque apenas ao movimento de repulsão que atua a partir do consciente sobre o conteúdo a ser recalçado. Tão importante quanto isso é considerar a atração que o recalçado original exerce sobre tudo o que consegue estabelecer conexão. Possivelmente, a tendência recalcante não realizaria seu intento se essas forças não atuassem em conjunto, se não existisse algo antes recalçado e pronto para acolher o que foi repellido pelo consciente. (Freud, 1915b/ 2004, p. 179 – grifo do autor).

Desse modo, assim como o *recalque original* é um atrativo das representações recalçadas secundariamente, a *identificação ao pai* atua como uma precursora das operações de identificação pelas quais o sujeito passará ao longo da vida. Ambos – *recalque original* e a *identificação ao pai* – são tratados por Freud a partir de uma primariedade, operações do tempo mais primitivo da constituição psíquica do sujeito que deixam seus efeitos marcados para os tempos posteriores dessa constituição.

1.2 A identificação em Jacques Lacan

Partindo da definição freudiana da identificação como “a mais remota expressão de um laço afetivo [*Gefühlsbindung*] com uma outra pessoa” (Freud, 1921), as elaborações lacanianas acerca do tema consideram, em um primeiro momento de seu percurso cronológico de pensamento, a relação entre o ser e o outro semelhante, a partir da qual a constituição subjetiva é trabalhada segundo a assunção, por parte do *infans*, da imagem do corpo próprio refletida no espelho (Lacan, 1949/ 1998). O caráter propriamente imaginário do processo é destacado por meio da produção de uma imagem especular sustentada para o ser em constituição por um outro constituído, permitindo a configuração de uma *Gestalt* que “situa a instância do *eu*” (Lacan, 1949/ 1998, p. 98 – itálico do autor). Nesse momento do pensamento do autor, o estádio do espelho é tomado como “matriz simbólica em que o [*eu*]¹² se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes

¹² Nota de rodapé presente em Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do *eu* tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In *Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 96-100). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Comunicação feita em 17 de julho de 1949): “trata-se aqui, em francês, do *Je* (sujeito do inconsciente), que vem grafado ao longo do texto desta edição como [*eu*].” (p. 96).

que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito.” (Lacan, 1949/ 1998, p. 97). Essa forma é designada por Lacan, nesse momento, como o *eu-ideal* presente no texto freudiano e constitui “a origem das identificações secundárias” (Lacan 1949/ 1998, p. 98), encontrando seu apogeu no complexo de Édipo, a partir do qual o *ideal do eu* seria erigido.

Com a associação da teoria do significante à teoria psicanalítica, o tema da identificação primordial do sujeito não pode ser tratado senão por uma “necessidade estrutural de pôr uma etapa primitiva em que aparecem no mundo os significantes como tais” (Lacan, 1981 [1955-56]/ 2002, p. 172). A questão de saber o que está em jogo no acesso primordial do ser à realidade exige que o autor se volte aos primeiros laços estabelecidos entre o ser e o Outro, os quais precedem e norteiam o laço afetivo a ser formado entre o *infans* e o semelhante tratado no estágio do espelho. A concepção de alteridade formulada segundo a noção de Outro acompanha a teorização lacaniana sobre o simbólico ultrapassando a dualidade da relação entre o neonato e a imagem do semelhante, marcando a constituição subjetiva a partir do atravessamento do ser por algo que o precede – a linguagem como lugar simbólico, campo de enredamento significante (Roudinesco, Plon, Ribeiro & Magalhães, 1998). Assim, a concepção de sujeito como o que se representa entre significantes¹³ convoca o pensamento lacaniano, em seu retorno a Freud, a tratar a identificação primordial, já em 1961-1962, como algo que antecede as relações duais de objeto e a elas dão possibilidade. Lacan identifica, no texto freudiano, a incompletude da teoria que permite o avanço e a proposta de uma redefinição dos modos de identificação destacados no trabalho sobre a *Psicologia das Massas e a Análise do Eu* (Freud, 1921).

Em seu *Seminário da Identificação* (1961-62), Lacan retoma os três modos tratados por Freud – “a identificação da primeira espécie, aquela singularmente ambivalente que se faz sobre o fundo da imagem da devoração assimilante”; a da segunda espécie, “que ele [Freud] chama de regressiva, tanto quanto está ligada a um certo abandono do objeto que ele define como objeto amado” e a terceira, “a identificação com o outro, por intermédio do desejo, a identificação que conhecemos bem que é a histérica (...)” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 13/12/1961) – e interroga a relação possível entre elas para lembrar seus ouvintes de um princípio de método: “que, visto nosso lugar, nossa função, o que temos de fazer em nossa abordagem inicial, devemos desconfiar, digamos – e levem isso o mais longe que quiserem, do gênero e mesmo da classe.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 13/12/1961). Essa desconfiança parte do convite lacaniano a encontrar, mediante o exercício de pensamento que

¹³ Cf. Lacan, J. (1998). Posição do inconsciente no Colóquio de Boneval. In *Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 843-864). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1966), p. 854.

faz ao longo dos anos de exposição de seus *Seminários*, “os algoritmos que permitem chamar de lógica esse capítulo que teremos de acrescentar às funções exercidas pela linguagem num certo campo do real, aquele do qual nós outros, seres falantes, somos os condutores.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 13/12/1961). Trata-se, portanto, de um esforço lógico que permite a Lacan interrogar o próprio pensamento acerca das identificações – que parte da função da imagem especular trabalhada no estádio do espelho – a partir de um atravessamento primordial do corpo do neonato, real, pelo simbólico.

As três identificações não formam provavelmente uma classe. Se elas podem, todavia, levar o mesmo nome que aí traz uma sombra de conceito; cabe-nos também, sem dúvida, dar conta disso. Se operarmos com exatidão, isso não parecerá uma tarefa acima das nossas forças. (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 13/12/1961).

Assim, a propósito do método lacaniano, o presente estudo orienta-se pelo “passo lógico” (Lacan, 1986 [1964]/ 2008, p. 40). Como Lacan nos adverte acerca da abordagem de *Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise* (1986 [1964]/ 2008) ao tratar o *inconsciente* e a *repetição* primeiramente que o conceito de *transferência*, seguir a cronologia pode ser fonte de ambiguidades. Embora as elaborações teóricas sobre a identificação especular antecedam as formulações acerca da identificação simbólica, cabe orientar-nos pela lógica lacaniana ao abordar a identificação pelo traço unário, considerando sua primariedade nos tempos da constituição do sujeito.

1.2.1 A identificação simbólica

No *Seminário da Identificação* (1961-62), Lacan inicia seu percurso partindo da questão de saber o que está implicado na incidência da função do significante como tal na constituição do sujeito. “O significante, ao contrário do signo, não é o que representa alguma coisa para alguém, é o que representa, precisamente, o sujeito para um outro significante.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 06/12/1961). Nesse sentido, de onde parte essa dependência do sujeito do significante como tal?

O segundo modo de identificação descrito por Freud em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921) – o modo regressivo – trata da relação do sujeito com o objeto a partir da cópia de traço parcial, limitado, esse traço único do objeto, seja ele amado ou não, indicando que para que esse traço seja introjetado/ incorporado pelo sujeito, a perda ou abandono do objeto está implicada. Partindo da elaboração freudiana, Lacan toma a

identificação pelo traço como o que diz da assunção primordial do ser ao registro simbólico, na medida em que ele é concernido pela marca do Outro. Trata-se de uma primeira marca, esta que retira o ser do puro funcionamento reflexo, alçando-o à potencial constituição subjetiva pela entrada nas possibilidades simbólicas regidas pelo funcionamento da cadeia significante.

Isso para introduzi-los no que faz a essência do significante, e que não é por nada que o ilustrarei melhor por essa forma mais simples, que é o que designamos desde algum tempo como o *einzigster Zug*. O *einzigster Zug*, que é o que dá a essa função seu valor, seu ato e seu princípio, é o que, para dissipar o que poderia aqui restar de confusão, necessita que eu introduza, para traduzi-lo melhor e mais próximo do termo, que não é absolutamente um neologismo, que é empregado na teoria dita dos conjuntos, a palavra *unário* [*unaire*] em lugar da palavra *único*. Ao menos é útil que me sirva dele hoje, para fazê-lo sentir esse nervo de que se trata na distinção do estatuto do significante. O traço unário [*trait unaire*], portanto, (...) pode parecer que sua função exemplar esteja ligada à redução extrema, a seu propósito justamente, de todas as ocasiões de diferença qualitativa. Quero dizer que, a partir do momento em que eu deva fazer simplesmente um traço, parece que não há muitas variedades nem variações possíveis; é isto que vai constituir seu valor privilegiado para nós. (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 06/12/1961).

O traço unário é marca, portanto, de uma distintividade, da diferença radical a partir da qual o sujeito se constituirá pela articulação da cadeia significante uma vez que do que a experiência analítica trata no que se refere à identificação não é senão uma identificação de significante. É nesse sentido que Lacan desenvolve seu nono seminário, recorrendo à função do traço unário para dizer da constituição do sujeito a partir da marca deixada pelas relações primordiais entre o ser e o Outro.

1.2.2 O pensamento lacaniano no *Seminário da Identificação*: relações entre o sujeito da psicanálise e demais campos do saber

Lacan transita nos campos da *Filosofia*, da *Matemática* e da *Linguística* para explicitar do que se trata na identificação como identificação de significantes. Sua fala parte das considerações acerca da fórmula cartesiana, encontrada no *Discurso do Método* sob a forma concentrada que se conhece pelo *penso, logo sou*. “Este “Penso, logo sou” se choca com esta objeção, e creio que ela nunca foi feita, é que eu penso não é um pensamento. (...) Para nós, particularmente, o pensamento começa no inconsciente.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 15/11/1961). Nesse sentido, Lacan indica a impossibilidade de sustentação da fórmula na medida em que ela comporta as contradições tais quais a afirmação de que *eu minto*. “*Eu minto*, se o digo, é verdade, portanto, não minto, mas *minto* mesmo, contudo, pois, dizendo *minto*, afirmo o contrário.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 15/11/1961). A formulação do

cogito de Descartes trata da busca pelo saber e pela verdade, a mesma busca que sustenta o surgimento da psicanálise e que pressupõe a possibilidade do sujeito encontrar a garantia de seu ser, de sua existência.

A filosofia cartesiana, aliada à revolução científica de Galileu, inaugura a ciência moderna a partir de uma nova concepção de razão que fornece novas possibilidades epistemológicas ao fazer científico (Vaz, 1991). O homem cartesiano é aquele que existe porque pensa. A atividade pura da razão, desprovida de quaisquer qualidades, sentimentos, moralidades, corresponde à única certeza de existência do homem e da natureza. O exercício da razão deve, no entanto, seguir o método. O *cogito* cartesiano se volta para a dominação do mundo através do uso do método na medida em que o homem, recolhido à intimidade de seu pensamento, “deve enfrentar um universo despojado de suas qualidades sensíveis e reduzido a um modelo matemático de figuras, movimentos e forças.” (Vaz, 1991, p. 85). O homem cartesiano, portanto, é aquele que conhece o mundo porque pensa e o faz por meio de métodos objetivos, mensuráveis e universalizantes; é o homem da ciência.

É, portanto, na medida em que a concepção de razão inaugurada por Descartes propõe o conhecimento e domínio da natureza por meio de métodos estritamente controláveis e totalizantes, como a matemática, que tal concepção serve à ciência moderna. Nessa lógica, não há saber possível que se funde fora da consciência. O homem deve se despir de suas idiossincrasias, afetos, contradições para produzir o saber e alcançar a verdade do mundo. A ciência, portanto, exclui o sujeito que a psicanálise revela. O *penso* do *cogito* não é senão a expressão da dimensão propriamente imaginária que exclui a possibilidade de haver pensamento fora da consciência.

Aquilo com que temos a ver, e como isso nos é dado, uma vez que somos psicanalistas, é para subverter radicalmente, é para tornar impossível esse preconceito mais radical, que, no entanto, é o verdadeiro suporte de todo o desenvolvimento da filosofia, do qual se pode dizer que ele é o limite além do qual nossa experiência se passou, o limite além do qual começa a possibilidade do inconsciente. É que jamais houve, na corrente filosófica que se desenvolveu a partir das investigações cartesianas ditas do *cogito*, jamais houve senão um único sujeito que fixarei, para terminar, sob esta forma, o *sujeito suposto saber*. (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 15/11/1961).

A psicanálise subverte a lógica cartesiana do saber na medida em que o localiza no inconsciente. Trata-se para a psicanálise, portanto, de abordar a relação do sujeito com o saber e com a verdade a partir da fundação do inconsciente, isto é, da constituição subjetiva como tal. E nesse sentido, ao tratar a identificação como identificação de significantes, trata-se de abordar a constituição do sujeito em sua relação com o Outro.

E o Outro, nós afirmamos, é essencial mantê-lo assim, o Outro não é um sujeito, é um lugar ao qual nos esforçamos, diz Aristóteles, por transferir o saber do sujeito. (...) O Outro é o depositário dos representantes representativos dessa suposição de saber, e é isso que chamamos de inconsciente, na medida em que o sujeito perdeu-se, ele mesmo, nessa suposição de saber. (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 15/11/1961).

Assim, a fórmula cartesiana será traduzida por Lacan por “ou eu não penso ou eu não sou” (Lacan, 1966-67, inédito – lição de 11/01/1967). A existência do sujeito, cerne da interrogação filosófica, advém, a partir da experiência psicanalítica, do não apreensível ao pensamento consciente. O recurso cartesiano ao Deus enganador não é senão a busca por uma garantia do ser, da verdade verdadeira que, por existir e por ser Deus quem a assegura, poderia ser bem outra¹⁴. E nesse ponto a psicanálise introduz que o homem – como sujeito do inconsciente – não é senhor em sua própria casa (Freud, 1917/ 1996)¹⁵. Ele está preocupado por esse traço unário que o assegura sem, no entanto, o prover de qualquer significação *a priori*. É o traço da pura diferença, a marca do significante que tem como propriedade simplesmente ser aquilo que os outros não são (Lacan, 1961-62, inédito). O sujeito da psicanálise advém, portanto, de onde não pensa, de onde não se sabe (Freud, 1933/ 1996)¹⁶, da multiplicidade identificatória que a articulação significante permite, a partir de um único traço que é riscado na relação com o Outro.

(...) nós nos encontramos em tudo aquilo que se pode chamar a bateria do significante, confrontada a esse traço único, a esse *einzigiger Zug* que já conhecemos, na medida em que, a rigor, ele poderia ser substituído por todos os elementos do que constitui a cadeia significante, suportá-la, essa cadeia por si só, e simplesmente por ser sempre o mesmo. O que encontramos no limite da experiência cartesiana como tal do sujeito evanescente, é a necessidade dessa garantia, do traço de estrutura o mais simples, o traço único, se ousar dizer, absolutamente despersonalizado, não somente de todo conteúdo subjetivo, mas também de toda variação que ultrapasse esse único traço, desse traço que é *um*, por ser o traço único. A fundação do um que constitui esse traço não está tomada em nenhuma parte a não ser em sua unicidade. Como tal, não podemos dizer dele outra coisa senão que ele é o que tem de comum todo significante, [de] ser sobretudo constituído como traço, [de] ter esse traço por suporte. (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 22/11/1961).

Ao tratar a unicidade do traço, Lacan recorre à *Matemática* para introduzir a função do *Um* como forma de colocar à prova as relações do sujeito com o significante. Em sua citação tomada do sétimo livro dos *Elementos de Euclides*, extrai a concepção de unidade do

¹⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre *a vontade de Deus e a verdade do sujeito*, a partir do estudo do cogito cartesiano, ver Teixeira, A. (1992). *Affirmation et subversion du cogito cartésien chez Lacan*. Mémoire de Diplôme d'Etudes Approfondies, D. E. A. de Psychanalyse, Université de Paris VIII, Saint Denis.

¹⁵ Cf. Freud, S. (1996). Conferências introdutórias sobre psicanálise: fixação em traumas – o inconsciente. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. L. Meurer, trad., Vol. 16, pp. 281-292). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917), p. 292.

¹⁶ Cf. Freud, S. (1996). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise: a dissecação da personalidade psíquica. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. L. Meurer, trad., Vol. 22, pp. 65-84). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933), p. 84 – “*Wo Es war, soll Ich werden.*”.

geômetra no sentido sob o qual a função do traço unário é destacada em relação à identificação primordial. Euclides trata a unidade, 1, à parte dos demais números (2, 3, 4...). “A unidade é aquela em virtude da qual cada coisa que existe é chamada um. Um número é uma multitude composta por unidades.” (Araújo, Garapa & Luís, 2005). Nesse sentido, é da multiplicidade de unidades, do elemento mínimo, que se faz possível a contagem e a diferenciação que o número permite na medida em que o três é diferente do quatro, e assim sucessivamente. Todo número comporta, portanto, a diferença como tal, ao mesmo tempo em que contém em sua estrutura a mesmidade de cada unidade que o preenche.

Lacan aponta a função do traço de marcar uma unicidade no ser, marca que adquire valor significativo e, por isso, instaura o processo de identificação simbólica do sujeito, ou seja, identificação pelo que é essencialmente da ordem de uma distintividade, desprovido de qualquer significação a priori.

Para ilustrar o recurso feito à função do *Um* tomado de Euclides em relação à função do traço unário na identificação do sujeito, Lacan retoma a experiência tida no Museu Saint-Germain, precisamente na sala Piette – juiz consagrado por suas descobertas pré-históricas – quando encontrou em uma costela fina, que parecia a de um mamífero antílope, uma série de pequenos bastões, separados em pequenos grupos de dois e cinco por pequenos intervalos desiguais (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 06/12/1961). Dessa experiência, trata-se de destacar a função propriamente significativa daqueles bastões. Como representantes de uma mesma ação, a da caça, provavelmente, não poderiam jamais se equivaler um ao outro, assim como a própria ação jamais poderia se repetir de uma forma idêntica.

Cada um desses traços [*traits*] não é, em absoluto, idêntico àquele de seu vizinho, mas não é porque são diferentes, que funcionam como diferentes, mas em razão de que a diferença significativa é distinta de tudo que se refere à diferença qualitativa (...). A diferença qualitativa pode, inclusive, no caso, sublinhar a mesmidade significativa. Essa mesmidade é constituída assim, justamente porque o significativo como tal serve para conotar a diferença em estado puro, e a prova é que, em sua primeira aparição, o um, manifestamente designa a multiplicidade atual. (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 06/12/1961).

Assim, Lacan utiliza-se da *Linguística* para fundamentar seu recurso à estrutura lógica da linguagem que precede e possibilita a constituição do sujeito. Os elementos signo, significativo e significado são, então, assimilados ao escopo da teoria psicanalítica. Entre outras referências, Lacan baseia-se na linguística de Ferdinand de Saussure, que desde o princípio de seu *Curso de Linguística Geral* (1916), destaca o componente social da linguagem em oposição à ideia de uma naturalidade, de uma inerência da presença da linguagem no funcionamento humano. Saussure considera possível afirmar que “não é a

linguagem que é natural no homem, mas a faculdade de constituir uma língua, vale dizer: um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas.” (Saussure, 1916/ 1993, p. 18). A língua, como esse sistema de signos, também se define, por sua vez, por ser “ao mesmo tempo um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (Saussure, 1916/ 1993, p. 17).

Saussure estabelece o signo como elemento básico da linguagem, portanto, definindo-o como a associação entre um conceito e uma imagem acústica (Saussure, 1916/ 1993, p. 80). A fim de evitar ambiguidades na associação do signo à imagem acústica isoladamente, o autor propõe a substituição dos termos *conceito* e *imagem acústica* por *significado* e *significante*, respectivamente, resguardando o *signo* para a união de ambos:



Ao definir o signo dessa forma, Saussure destaca dois princípios primordiais: a arbitrariedade do signo e a linearidade do significante. Quanto ao primeiro princípio, o autor aponta que não há quaisquer relações essenciais na ligação que se estabelece entre o significado e o significante. “Assim, a ideia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência (...)” (Saussure, 1916/ 1993, p. 81). Quanto à linearidade do significante, Saussure coloca que, sendo este de natureza auditiva, desenvolve-se unicamente no tempo, tomando do tempo as características de representar uma extensão, a qual é mensurável em uma só direção: uma linha. Os elementos do significante acústico apresentam-se, portanto, um após o outro, formando uma cadeia, o que se torna evidente ao representarmos-os pela escrita substituindo “a sucessão do tempo pela linha espacial dos signos gráficos.” (Saussure, 1916/ 1993, p. 84).

Em relação à *arbitrariedade* do signo, bem como à *posição* ocupada pelo significante na cadeia linguística, Saussure elabora a *teoria do valor*, implicada pela ausência de ligação essencial entre o conceito e a imagem acústica que formam o signo e pelo sentido extraído da aplicação linear do significante na formação de frases. Sendo a língua um sistema em que

todos os seus termos são solidários, o valor de cada termo só se define pela presença simultânea de todos os outros, isto é, os valores se estabelecem pela *dessemelhança* que permite a *troca* e pela *similitude* que permite a *comparação*: há a possibilidade de trocar uma determinada quantidade de moedas por algo diferente, como pão; há a possibilidade de comparar o dólar americano com o real brasileiro (Saussure, 1916/ 1993). A moeda, neste sentido, adquire valor de troca e comparação, e a variabilidade de valores passíveis de serem assumidos não se dissocia de certa *posição* ocupada pelo termo na cadeia linguística. Assim, segundo Saussure, os valores são puramente diferenciais, “definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são.” (Saussure, 1916/ 1993, p. 136).

Lacan inverte o posicionamento dos termos que compõem o signo saussuriano restabelecendo a verdade da descoberta do linguista na medida em que indica “‘como o significante entra no significado’ para produzir sentido.” (Darmon, 1994, p. 14). Ainda de acordo com Darmon (1994), tal inversão promove o resgate da *teoria do valor* ao apontar o que lhe há de essencial: a relação entre significantes é marcada pela negatividade da diferença que implica a noção de contingência; os significantes, articulados em uma cadeia, só podem assumir determinado valor a partir dos lugares que ocupam em relação aos outros. A inversão destaca, portanto, que o significado é efeito do significante (Vorcaro, 1997).

É então no sentido direto da descoberta de Saussure que Lacan escreve o algoritmo S/s, significante sobre significado, onde a barra, igualmente, é resistente à significação. Lacan coloca que esta separação das duas ordens distintas feita pela barra só torna possível o estudo das ligações próprias ao significante e da função dessas ligações na *gênese do significado*. (Darmon, 1994, p. 15 – itálicos do autor).

A partir da leitura da obra de Saussure, portanto, Lacan atribui ao significante a definição de não ser aquilo que os outros significantes são. Daí a fecundidade do significante, na medida em que ele não pode ser, de forma alguma, idêntico a si mesmo. Lacan empreende a diferenciação entre o signo e o significante que o permite sustentar a fórmula de que “é do efeito do significante que surge o sujeito como tal” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 06/12/1961). Toda a elaboração do presente seminário em torno da identificação do sujeito a partir do traço unário parte da defesa de uma identificação pela distintividade própria ao significante, e não da identificação pela similitude. Essa diferença radical de que nos fala Lacan é propriamente a incidência da alteridade na constituição do sujeito, a incidência do Outro, que será tratada à frente.

O significante, portanto, não é o signo. Uma vez que o signo se define por aquilo que representa alguma coisa para alguém, o significante “é o que representa, precisamente, o sujeito para um outro significante.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 06/12/1961). Da passagem do signo ao significante, trata-se de um apagamento; pelo apagamento da coisa, os significantes emergem como possibilidade de representação do sujeito no simbólico. “É o significante que (...) introduz a diferença como tal no real” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 06/12/1961). Essa operação de apagamento é especialmente destacada por Lacan nas diversas referências a que o autor recorre, nesse seminário, ao dizer da constituição do sujeito. Na diferenciação entre o signo e o significante, Lacan indica uma maior proximidade do signo com a coisa por ele representada. Proximidade, no entanto, que já implica um primeiro apagamento, na medida em que o signo representa alguma coisa, e não coincide com a coisa.

Teremos, em primeiro lugar, que distinguir o significante do signo, e mostrar em que sentido o passo que é franqueado é aquele da coisa apagada; os diversos *apagamentos* [*effaçons*], se me permitem utilizar essa fórmula, pelos quais o significante vem à luz, nos darão precisamente os modos capitais de manifestação do sujeito. (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 06/12/1961).

Aqui, observa-se a leitura freudiana que norteia o pensamento de Lacan. Trata-se da perda ou abandono do objeto, considerados por Freud nas operações de identificação, colocadas sob o prisma destes apagamentos presentes nas relações do sujeito com o signo e com o significante. Assim como Freud considerou a emergência de um ideal na instância do Eu mediante um apagamento do objeto, ou seja, observou a precisão de que algo do objeto se encontra perdido para que a operação de identificação possa advir, Lacan recorre à postulação da estruturação do inconsciente como uma linguagem para dizer da gênese do traço a partir das marcas empreendidas pelo signo e pelo significante na constituição do sujeito.

Dizer do inconsciente estruturado como uma linguagem implica dizer de sua estruturação eminentemente simbólica¹⁷. Pode-se dizer do traço – marca de alguma coisa que

¹⁷ Embora a importância linguística esteja presente na elaboração da psicanálise desde seus primórdios, a partir da formulação da possibilidade de “cura pela fala”, fornecida a Freud pelo tratamento de Anna O. (1893), é com Lacan que a teorização do inconsciente estruturado como linguagem ganha força. Lacan colocou a descoberta freudiana do inconsciente em termos propriamente linguísticos, ao evocar os conceitos de significante e significado, metáfora e metonímia. Foi por meio da apresentação da noção de simbólico que a dimensão do *sentido* como inerente à própria possibilidade da psicanálise pôde ser destacada, o que permitiu a Lacan postular que a experiência freudiana está perfeitamente articulada com as leis pelas quais a linguagem se estrutura. “É justamente porque alguma coisa foi atada a alguma coisa semelhante à fala que o discurso pode desatá-la.” (Lacan, 1998 [1957-58]/ 1999, p. 13). Ao longo de toda sua produção, as noções de inconsciente estruturado como linguagem e de sujeito como o que se representa entre significantes são sempre mantidas, pois reiteram, para Lacan, o essencial da descoberta freudiana: a estruturação do psiquismo humano, em suas mais variadas formas de normalidade ou patologia, é puramente linguística, o que permite ao psicanalista intervir pela fala, na fala. O *Seminário 5* (1957-58), ao expor a estrutura de linguagem presente nas formações do inconsciente, bem

é do Outro, esse lugar ao qual o sujeito se identifica – como algo que divide o ser em dois momentos. Um que antecede a marca, corpo funcionante, carne inapreensível, real; outro em que o organismo se torna concernido, capturado pelo que é da ordem do Outro, inscrição simbólica na medida em que é banhada pela cadeia significante. Da traçagem do traço, algo fica para trás. Em Freud, a identificação implica a perda ou abandono do objeto; a instância do Supraeu e o ideal por ela veiculados são erigidos por um apagamento ocorrido nas vicissitudes de uma relação imaginária entre o Eu e o objeto, o outro semelhante. Há, no entanto, a *identificação ao pai*, identificação primitiva que convoca Lacan a repensar a classificação dos tipos de identificação proposta por Freud. A gênese do traço carrega algo anterior à relação imaginária entre o organismo e o outro. Implica um apagamento que cabe perguntar-nos do que se trata. Se, no presente *Seminário*, as elaborações lacanianas ultrapassam a dualidade biunívoca entre o neonato e o outro semelhante, o que é apagado, e qual a relação do objeto com essa rasura deixada no organismo que se constitui como sujeito?

(...) Se é do objeto que o traço surge, é algo do objeto que o traço retém, justamente sua unicidade. O apagamento, a destruição absoluta de todas essas outras emergências, de todos esses outros prolongamentos, de todos esses outros apêndices, de tudo que pode haver de ramificado, de palpitante, ora, essa relação do objeto com o nascimento de algo que se chama aqui de signo, já que ele nos interessa no nascimento do significante, é exatamente em torno disso que estamos detidos – (...) – esta indicação de que há, digamos, num tempo, um tempo recuperável, historicamente definido, um momento em que alguma coisa está ali para ser lida, lida com a linguagem quando ainda não há escrita. (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 10/01/1962).

2 SEGUNDO CAPÍTULO

Encontro e perda primordiais do objeto

Muitos são os pontos da obra freudiana em que o fundador da psicanálise trata de questões relativas às origens do psiquismo. Ao construir a teoria psicanalítica a partir do real que se lhe apresentava pela clínica, Freud foi tantas vezes compelido a especular de que modo o psiquismo se constitui e determina o homem a certos modos de funcionamento. Seu esforço de construção de uma nova abordagem clínica das afecções psíquicas, fundada em princípios e lógica específicos ao conhecimento psicanalítico, muitas vezes o obrigava a rever seus próprios pressupostos, suas afirmações de artigos ou mesmo anos anteriores, bem como seus próprios ideais científicos.

Suas preocupações científicas iniciais, antes mesmo de considerar sua produção sob a denominação de Psicanálise, consistiam em construir o esboço de uma psicologia para neurólogos, ou seja, “(...) prover um psicologia que seja ciência natural: isto é, representar os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis, tornando assim esses processos claros e livres de contradição.” (Freud, 1950 [1895]/ 1996, p. 347), o que foi feito em manuscritos inacabados e rejeitados pelo criador que se tornaram conhecidos por *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895). Nessas páginas, Freud se viu completamente tomado pela inquietação de saber como e se os processos psíquicos poderiam ser descritos em termos fisiológicos e propriamente físicos, a partir da suposição de estímulos – externos e internos ao organismo – quantitativamente significativos a ponto de afetarem, ou mesmo formarem um aparelho psíquico. A grande questão, ora vislumbrada por Freud como clara e perfeitamente passível de ser respondida, ora renegada como improvável e indigna de tantos esforços e estudos, poderia ser assim definida: como conceber uma passagem da quantidade para a qualidade – termos básicos utilizados por Freud para tratar das interações recíprocas entre organismo e meio. Como conceber que estímulos dotados de certa energia quantificável pudessem adquirir propriedades qualitativas? Para responder a essa questão e tantas outras que o moviam no processo de escrita de um *Projeto* que sistematizasse uma psicologia aos moldes da ciência natural, Freud não pôde escapar de tecer considerações sobre as origens do psiquismo a partir das primeiras relações que o ser estabelece com o mundo no qual ele é lançado irremediavelmente.

2.1 Uma passagem pelas hipóteses constitutivas presentes no *Projeto*

Antes mesmo da fundação formal do saber psicanalítico, a constituição subjetiva do homem foi tratada por Freud a partir de apagamentos necessários à saída do ser do funcionamento orgânico, reflexo, e assunção à condição humana dotada de um psiquismo. Em seu *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895), orientado pela lógica da Física, Freud descreve o organismo humano segundo os princípios de *inércia* e de *constância*¹⁸: o organismo deve encontrar meios de descarregar todo acúmulo de tensão que o atinja a fim de manter um quantum mínimo de tensão possível e constante. Em alguma medida, o ser é capaz de se proteger e eliminar os estímulos provenientes do ambiente externo que alteram sua condição de equilíbrio – como excesso de luminosidade, por exemplo – por meio do reflexo motor – fechamento das pálpebras, constrição da pupila. Na medida em que o corpo é também afetado por estímulos endógenos e que tais estímulos produzem um aumento de tensão que será sentido como desprazer e do qual o simples reflexo motor é incapaz de se livrar, é preciso que haja a intervenção de uma “pessoa experiente”¹⁹ que possibilite o alívio da tensão por meio de uma *ação específica*²⁰. “O organismo humano é incapaz de promover essa ação específica” (Freud, 1950 [1895]/ 1996, p. 370), o que permite Freud identificar, desde seus estudos pré-psicanalíticos, a necessidade de interação entre um sujeito constituído – portanto, assimétrico – e o neonato para que esse possa se constituir. Uma vez que, para se livrar da tensão interna que provoca desprazer, o organismo tem no reflexo do choro seu único recurso de descarga, tal reflexo, por chamar a atenção de uma “pessoa experiente” que o poderá apaziguar, adquire “a importantíssima função secundária da *comunicação*, e o desamparo inicial dos seres humanos é a *fonte primordial* de todos os *motivos morais*.” (Freud, 1950 [1895]/ 1996, p. 370 – itálicos do autor). Se o meio de comunicação reflexo utilizado pelo bebê acaba por lograr receber da “pessoa experiente” a *ação específica* necessária às modificações no interior do organismo para que o desprazer seja eliminado, Freud nomeia a totalidade desse evento de *experiência de satisfação*²¹. Uma vez que, no *Projeto* (1985), Freud

¹⁸ Tais princípios aparecem como precursores do princípio do prazer: a ideia de que o aumento de tensão resultante da recepção excessiva de estímulos externos ou oriundos das fontes internas do organismo provoca desprazer e de que a obtenção de prazer consiste na eliminação desses estímulos, restituindo ao organismo o menor nível de tensão possível, nunca será abandonada durante toda a obra freudiana.

¹⁹ Cf. Freud, S. (1996). *Projeto para uma psicologia científica*. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. L. Meurer, trad., Vol. 1, pp. 333-468). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original escrito em 1895 e publicado postumamente em 1950), p. 370.

²⁰ *Ibid.*, p. 370.

²¹ A experiência de satisfação encontra-se descrita no ‘item 11’ da “Parte I – Esquema Geral” do *Projeto*. *Ibid.*, pp. 369-372.

descreve, pela primeira vez, um aparelho psíquico cuja finalidade primária é a eliminação de toda quantidade de estímulos que possam abalar a homeostase do organismo, a *experiência de satisfação* consiste no êxito do organismo em realizar tal eliminação, restaurando seu equilíbrio interno.

Freud descreve três consequências resultantes da *experiência de satisfação*, as quais terão importância radical “no desenvolvimento das funções do indivíduo.” (Freud, 1950 [1895]/ 1996, p. 370). Em linhas gerais, a primeira consequência refere-se à própria eliminação da tensão interna do organismo que provocou o desprazer, a segunda consiste na fixação de um registro relativo à percepção do objeto (“pessoa experiente”) realizador da *ação específica* necessária à eliminação da tensão e a última refere-se também ao registro do êxito da descarga dos estímulos desprazerosos. Assim, pode-se relacionar os registros mnêmicos a que Freud (1895) faz referência a traços que estabelecem uma marca relativa à presença do objeto articulada à obtenção de prazer.

É a partir dessa experiência que o organismo poderá obter um primeiro acesso à realidade, no sentido de ser impelido, no surgimento de estados de *urgência* ou de *desejo*²² posteriores – resultantes do acúmulo de tensão interna –, a ter que lançar mão de seus registros mnêmicos para identificar a presença real do objeto, bem como da *ação específica* necessária à descarga dos estímulos e alívio da tensão. Isso porque como a descarga tem como consequência a obtenção de prazer, o organismo deve aprender a distinguir entre a presença real do objeto que lhe permite a satisfação e o engodo que a lembrança da experiência prazerosa pode lhe lançar ativando o processo de descarga, quando do estado de *desejo*, sem que o objeto ou a *ação específica* estejam presentes na realidade, colocando o organismo no risco de eliminar por completo os estímulos que o tensionam e o mantêm vivo. Trata-se do que Freud elaborou como sendo a função do aparelho psíquico de emitir juízos. Tal função deve lidar com as questões de “decidir se uma coisa [*Ding*] possui ou não uma certa característica e confirmar ou refutar se a representação [*Vorstellung*] psíquica dessa coisa tem existência real.” (Freud, 1925/ 2007, p. 148).

Nesse sentido, podem-se destacar dois pontos essenciais da perspectiva de Freud acerca da constituição do psiquismo. Primeiramente, tem-se a imprescindibilidade da interação entre o organismo neonato e um sujeito constituído para que aquele possa sobreviver e se constituir subjetivamente. O primeiro acesso do ser à realidade e a própria possibilidade de constituição psíquica desse ser passam, necessariamente, pelo outro:

²² O estado de *urgência* ou de *desejo* corresponde ao novo aumento de tensão interna que exige do organismo a descarga que restaure a homeostase. *Ibid.*, p. 371.

Suponhamos que o objeto que compõe a percepção se pareça com o sujeito – *um outro ser humano*. Nesse caso, o interesse teórico [que lhe é dedicado] também se explica pelo fato de que um objeto *semelhante* foi, ao mesmo tempo, o primeiro objeto satisfatório [do sujeito], seu primeiro objeto hostil, além de sua única força auxiliar. Por esse motivo, é em relação a seus semelhantes que o ser humano aprende a conhecer. (Freud, 1950 [1895]/ 1996, p. 383 – itálicos do autor).

O segundo ponto refere-se às consequências da *experiência de satisfação*. Considerando que é nessa experiência que o organismo vai adquirir seu primeiro registro mnêmico do objeto, atrelado à experiência de prazer, tem-se que a função do juízo não só deve decidir sobre a presença real ou não desse objeto, mas também identificar se esse objeto é o mesmo que lhe proporcionou a primeira satisfação. Se o estado de *urgência* ou de *desejo* ativa o traço mnêmico deixado pela experiência, tem-se que uma vez que o objeto tenha sido real, ele poderá ser imaginado sempre que esse estado de aumento da tensão interna ocorra e exija a cessação do desprazer. “O primeiro e mais imediato objetivo do teste de realidade não é, então, encontrar na percepção real um objeto correspondente ao que foi imaginado [*vorgestellt*], mas *reencontrá-lo*, certificar-se de que ele ainda permanece presente.” (Freud, 1925/ 2007, p. 149 – itálico do autor).

Os complexos perceptivos emanados desse ser semelhante serão então, em parte novos e incomparáveis – como, por exemplo, seus *traços*, na esfera visual; mas outras percepções visuais – as do movimento das mãos, por exemplo – coincidirão no sujeito com a lembrança de impressões visuais muito semelhantes, emanadas de seu corpo próprio, [lembranças] que estão associadas a lembranças de movimentos experimentadas por ele mesmo. Outras percepções do objeto – se por exemplo, ele der um grito – também despertarão a lembrança do próprio grito [do sujeito] e, ao mesmo tempo, de suas próprias experiências de dor. Desse modo, o complexo do ser humano semelhante se divide em dois componentes, dos quais um produz uma impressão por sua estrutura constante e permanece unido como coisa, enquanto o outro pode ser *compreendido* por meio da atividade de memória – isto é, pode ser rastreado até as informações sobre o próprio corpo [do sujeito]. (Freud, 1950 [1895]/ 1996, p. 383-384 – itálicos do autor).

É, portanto, no intuito de restabelecer a satisfação advinda dessa experiência perceptiva primitiva, que o organismo adquire a função judicativa. O que se observa, no entanto, é que o registro mnêmico do “complexo do ser humano semelhante” – esse primeiro objeto envolvido na experiência de satisfação do organismo – ocorre segundo a particularidade decisiva para a sustentação freudiana de toda a teoria psicanalítica posterior fundada sobre o princípio do prazer e a compulsão à repetição. Como apontado nas palavras de Freud presentes acima, esse registro divide-se em dois componentes: um deles passível de ser rememorado, retomado a partir das experiências futuras de satisfação do organismo, garantindo alguma semelhança à nova obtenção de prazer por meio da descarga das tensões internas; o outro, por sua vez, registra-se como *Coisa* [*Ding*], permanece constante e não partilha da característica de voltar a

ser *compreendido* pela atividade de memória do organismo. A partir da experiência primitiva de satisfação, portanto, registra-se um *traço* da percepção, cujo elemento constante engendra toda a atividade psíquica posterior do ser sem poder, jamais, tornar a ser compreendido em sua equivalência primária.

Assim, da relação entre o organismo e o objeto no ato inaugural de assunção do conhecimento, algo se desprende como *Coisa* e permanece irredutível à representação na medida em que não entra na sequência de registros mnêmicos passíveis de serem rememorados. A esse respeito, Qulichini (2004) aponta que

(...) a Coisa, **das Ding**, adquire em Freud um estatuto muito particular, já que ela é aquilo que no objeto, no “*complexo de percepção*”, (...) é esse elemento, esse lugar irrepresentável, do qual entretanto o *infans*, e em seguida o sujeito, não cessam de tentar reencontrar os seus atributos em sua vida libidinal. (p. 68 – grifos da autora).

No ato de fundação do psiquismo, Freud destaca um apagamento que produz efeitos não de desaparecimento, mas de rasura, tendo em vista que o que se perde permanece presente na determinação do funcionamento psíquico do sujeito que se constitui. Tem-se o paradoxo relativo à presentificação da ausência. O que se inscreve como representação, isso que orienta a formulação da teoria psicanalítica a partir da descoberta do inconsciente, não é senão a partir do inapreensível, dos efeitos daquilo que se perde sem, contudo, cessar de não se escrever (Lacan, 2006 [1968-69]/ 2008).

2.2 Do que se inscreve como representação

A função psíquica da representação é tributária dos efeitos da primeira *experiência de satisfação*. Dos registros mnêmicos decorrentes da percepção do objeto presente na experiência, os componentes passíveis de serem novamente investidos – rememorados –, quando do surgimento dos estados de *urgência* ou de *desejo*, são os que participam da instauração da função representativa. “A representação seria aquilo que do objeto, vem inscrever-se nos “sistemas mnêmicos”.” (Laplanche & Pontalis, 2004, p. 449).

Ainda segundo as concepções do aparelho psíquico presentes no *Projeto* (1895), a função do juízo está diretamente intrincada à função da representação, considerando que deve possibilitar a distinção entre a presença real do objeto que permite a descarga e a conseqüente cessação do desprazer e a *alucinação* deste objeto, isto é, o recurso aos registros mnêmicos do objeto sem que este se encontre presente para promover a *ação específica* na realidade. A

função judicativa deve, portanto, impedir que a alucinação advenha como falha na função representativa.

Assim, o juízo, que mais tarde se converterá num meio de *cognição* de um objeto que talvez tenha importância prática, é originalmente um processo de associação entre catexias que chegam ao exterior e catexias oriundas do próprio corpo (...). O que chamamos *coisas* são resíduos que fogem de serem julgados. (Freud, 1950 [1895]/ 1996, p. 386 – itálicos do autor).

As formulações freudianas acerca da função do juízo associada à função de representação surgem de seu esforço em sistematizar teoricamente as marcas que se estabelecem a partir da relação entre o organismo e o meio. Em seus estudos sobre a afasia (1877-1897), Freud conclui a inexistência de fibras nervosas que liguem diretamente a periferia do corpo ao córtex cerebral, o que o leva a afirmar que o corpo só pode ser *representado* no córtex por vias indiretas (Freud, 1891/ 1996), isto é, que a concepção do próprio corpo pelo organismo está submetida à lógica da representação e, portanto, insere-se em um registro *psíquico*.

Alguns anos mais tarde, o conceito de *pulsão* [*Trieb*] vem assumir o lugar de fronteira entre o orgânico e o psíquico²³. No texto de Freud sobre as *Pulsões e Destinos da Pulsão* (1915a), *Trieb* é definido como “conceito-limite entre o psíquico e o somático, como representante psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a psique (...).” (Freud 1915a/ 2004, p. 148). Como em textos anteriores²⁴, essa definição da *pulsão* [*Trieb*] não parece diferenciá-la de seu *representante psíquico*. Em trecho acrescentado à terceira edição dos *Três Ensaios* (1905b), a pulsão é descrita como “o representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação que flui continuamente (...) um dos conceitos da delimitação entre o anímico e o físico.” (Freud, 1905b/ 1996, p. 159). Em trabalhos posteriores, por sua vez, é possível observar essa distinção não precisada anteriormente. No texto sobre *O Recalque* (1915b)²⁵, bem como no trabalho sobre *O Inconsciente* (1915c), Freud é claro ao dizer da impossibilidade de expressão de uma pulsão na consciência, afirmando ser somente a *ideia* ligada à pulsão passível de se tornar consciente.

²³ Cf. Freud, S. (2004). Pulsões e destinos da pulsão. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, H. Araújo, E. V. K. P. Susemihl & M. R. Salzano, trads., Vol. 1, pp. 133-173). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1915a).

²⁴ Cf. Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a sexualidade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (V. Ribeiro, trad., Vol. 7, pp. 117-231). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1905b), p. 159;

Cf. Freud, S. (1996). Notas explicativas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia – “O Caso Schreber”. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. O. A. Abreu, trad., Vol. 12, pp. 13-89). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1911), p. 81.

²⁵ Vide citação da p. 22 acima.

Assim, Freud caminha dos estudos sobre a função de representação do corpo no córtex para as elaborações acerca da pulsão – como esse elemento fronteiro entre o orgânico e o psíquico – e dos efeitos promovidos, ao longo da constituição psíquica, pela ideia que a representa. O conceito de pulsão reúne, de alguma forma, tudo o que fora dito por Freud a respeito dos estímulos endógenos que tensionam o organismo e, segundo os princípios de *inércia* e *constância* tratados desde o *Projeto* (1895), exigem a descarga como forma de eliminação do desprazer. A pulsão acaba por sistematizar, portanto, toda a descrição relativa à *experiência de satisfação*. Mais uma vez, a instauração da função representativa é considerada a partir das experiências primárias de prazer na medida em que é da manifestação da pulsão como força constante e imperativa quanto ao alcance da satisfação que a própria divisão intrapsíquica pode se dar. A instauração da função de representação pode ser considerada como tributária, nesse sentido, dos destinos encontrados pela pulsão em suas vias de exigência de satisfação.

Ao destacar o *recalque* como um dos mecanismos fundamentais ao impedimento da satisfação pulsional plena, Freud (1915b) é levado a considerar sobre a instauração desse mecanismo de defesa e em que consiste o processo psíquico de evitação de que a meta pulsional seja atingida. Quanto à instauração do mecanismo de defesa, o autor é orientado pela experiência clínica a concluir a estreita ligação entre o recalque e o inconsciente, na medida em que esse modo de defesa não poderia estar presente desde a origem, nem mesmo antes que se estabeleça uma nítida separação entre as atividades psíquicas consciente e inconsciente (Freud, 1915b/ 2004). Nesse sentido, Freud afirma a possibilidade de supor a existência do que nomeou como *recalque original*²⁶, algo que antecede o *recalque propriamente dito* atuando diretamente na interdição do “representante [*Repräsentanz*] psíquico da pulsão ([de] sua representação mental [*Vorstellung*]).” (Freud, 1915b/ 2004, p. 178). Aqui, é notável o destaque dado por Freud ao elemento que sofre os efeitos do recalque: trata-se da *Vorstellung*, a ideia que compõe o representante [*Repräsentanz*] psíquico da pulsão, o que torna mais claro o uso conferido por Freud aos termos alemães por ele utilizados para dizer da *representação*. *Repräsentanz* como o que designa a função de representar; *Vorstellung* como o que é colocado diante, exposto, o próprio elemento que substitui (representa) algo (Qulichini, 2004).

Se o que sofre o recalque é a *vorstellung* da *repräsentanz*, Freud (1915b) define que a representância psíquica da pulsão se dá por dois elementos: esse elemento representativo – a

²⁶ Vide pp. 22 e 23 acima.

ideia, vorstellung – e uma energia pulsional a ela aderente – um quantum de *afeto*. No texto sobre *O Recalque* (1915b), Freud considera, em um primeiro momento, que a impossibilidade de tornar inconsciente o afeto causador de sensações desprazerosas consiste em um fracasso do mecanismo de defesa. Sua análise do mecanismo que está em jogo no recalque nos diferentes modos de manifestação da neurose, no entanto, o direciona a observar que os elementos *representante* e *afeto* sofrem destinos diferentes. O que sofre o efeito de rechaço ao inconsciente, o que é propriamente recalado, portanto, é o representante [*Vorstellung*]. Este “subsiste sozinho no inconsciente” (Qulichini, 2004, p. 74), onde poderá se proliferar ainda mais, formando novas representações derivadas que estabelecerão ligações constantes com as representações presentes no consciente (Freud, 1915b/ 2004). O afeto, por sua vez, sofre os efeitos do recalque ao se dissociar da ideia à qual estava aderido sem que isso implique, no entanto, seu rechaço ao inconsciente. A esse respeito, Freud (1915c/ 2006) esclarece:

(...) em rigor, não existem, portanto, afetos inconscientes, tal como existem ideias inconscientes. (...) Toda diferença origina-se no fato de que ideias consistem em cargas investidas – basicamente em traços de lembranças – ao passo que os afetos e sentimentos correspondem a processos de descarga [*Aufuhrvorgänge*] cujas manifestações finais são percebidas como sensações. (p. 30).

Assim, no trabalho sobre *O Inconsciente* (1915c) que sucede o texto sobre *O Recalque* (1915b), Freud articula a pulsão, seu representante psíquico composto pela ideia e pelo afeto, e a veiculação do desejo assumida pela representação [*Vorstellung*]. “O núcleo do *Ics* é composto de representantes pulsionais [*Triebrepräsenzen*] desejosos de escoar sua carga de investimento – em outras palavras, é composto de impulsos de desejo [*Wunschregungen*].” (Freud, 1915c/ 2006, p. 37). É o quantum de investimento libidinal fornecido à ideia que definirá os caminhos a serem percorridos pelo afeto em sua meta de descarga. Dessa forma, Freud articula a exigência de descarga quando de estados de *urgência* ou de *desejo*²⁷ tratada no *Projeto* (1895), aos impulsos de desejo – representantes pulsionais – que compõem o núcleo do inconsciente.

O desejo, portanto, está diretamente ligado ao componente ideacional [*Vorstellung*] da representância psíquica da pulsão, e Freud discorrerá sobre a mobilidade dessa ideia, por deslocamentos e condensações, segundo a carga de investimento (libidinal) que ela recebe de cada sistema psíquico (Freud, 1915c/ 2006). Trata-se do ponto de vista econômico da metapsicologia freudiana: o rechaço de uma ideia ao inconsciente, sua permanência em estado de recalque, sua proliferação no sistema *Ics*, bem como a instalação e a continuidade das

²⁷ Vide comentário da 22ª nota de rodapé, p. 36.

representações presentes no recalcado original tratam, necessariamente, de operações de retirada/ aplicação de investimento ou contra-investimento de cargas promovidas por cada um dos sistemas *Ics/ Cs*. Nesse sentido, Freud sustenta a hipótese de que “a passagem do sistema *Ics* para outro situado próximo a ele não se dá por meio de um novo registro ou inscrição, mas por uma mudança de estado, uma transformação na carga de investimento.” (Freud, 1915c/ 2006, p. 32). Esses investimentos, por sua vez, ao participarem da mobilidade das representações entre os sistemas psíquicos, carregam o que, da instauração da representação, deriva da percepção do objeto, ou de traços de lembrança da percepção.

Assim, retornamos à questão do encontro entre o neonato e o objeto, na *experiência de satisfação*, como o que participa da instauração da função representativa. A partir do estudo do modo de expressão linguística na esquizofrenia, bem como da relação Eu-objeto estabelecida na patologia, Freud conclui que a *representação-de-objeto* subdivide-se em *representação-de-palavra* [*Wortvorstellung*] e *representação-de-coisa* [*Sachvorstellung*]. “Esta última consiste no investimento de cargas – se não nas imagens diretas da lembrança-de-coisa [*Sacherinnerungsbilder*] – nos traços de lembrança que estão mais distantes e derivam dessas lembranças.” (Freud, 1915c/ 2006, p. 49). Do ponto de vista tópico, tal definição esclarece o que diferencia a representação consciente daquela presente no sistema *Ics*. A representação consciente consiste na associação entre a *representação-de-palavra* e a *representação-de-coisa*, ao passo que somente esta última está presente no *Ics*. O sistema *Ics*, define-se, portanto, por conter “os investimentos de carga referentes à coisa [*Sache*] que faz parte do objeto; na verdade, estes são os primeiros e verdadeiros investimentos de carga no objeto.” (Freud, 1915c/ 2006, p. 49)²⁸.

A questão do objeto carrega, desse modo, algo de fundamentalmente paradoxal. Se, num momento mítico da constituição psíquica do neonato, o objeto se presentifica como aquilo por meio do qual o escoamento de todo acúmulo das tensões desprezeras se faz

²⁸ É importante destacar o uso diferenciado dos termos *Sache* e *Ding* feito por Freud em relação “à coisa que faz parte do objeto”. Nesse ponto, a indicação da passagem citada serve-nos ao apontamento de que a instauração da função de representação e a estruturação significativa do inconsciente está, em Freud, diretamente ligada à experiência de satisfação decorrente do laço primordial entre o neonato e o objeto. De tal experiência, *das Ding – a Coisa* – depreende-se como irredutível à representação. *Die Sache – a coisa* -, no entanto, já pertence ao registro da *Vorstellung* e podemos pensá-la como anterior à articulação da *Wortvorstellung*. Em relação à especificidade de cada termo, Lacan afirma sermos levados a “(...) distinguir a articulação efetiva de um discurso, de uma gravitação das *Vorstellungen* sob a forma de *Vortellungsrepräsentanzen* dessas articulações inconscientes. Trata-se de ver o que chamamos, em tais circunstâncias, de *Sachvorstellungen*. Estas últimas devem ser situadas em oposição polar aos jogos de palavras, às *Wortvorstellungen*, porém, nesse nível, aquelas não se apresentam sem estas. Quanto a *das Ding*, trata-se de outra coisa – é uma função primordial que se situa no nível de instauração da gravitação das *Vorstellungen* inconscientes. (...) Vocês não se surpreenderão se eu lhes disser que no nível das *Vorstellungen* a Coisa não é nada, porém, literalmente não é – ela se distingue enquanto ausente, alheia.” (Lacan, 1986 [1959-60]/ 1988, pp. 81-82). *Sachevorstellungen* e *Wortvorstellungen* estão, nesse sentido, sempre a uma certa distância da *Coisa* ainda que regulados por esta, a qual está mais além.

possível, é também o desencontro com o objeto na manutenção de um ritmo esperado de tensão/apaziguamento que revela este objeto como insatisfatório. E esse desencontro é decisivo na instauração da função representativa, tal como Freud precisara, já em 1911, em *Formulações sobre os Dois Princípios do Acontecer Psíquico*:

Foi preciso que não ocorresse a satisfação esperada, que houvesse uma frustração, para que essa tentativa de satisfação pela via alucinatória fosse abandonada. Em vez de alucinar, o aparelho psíquico teve então de se decidir por conceber [*vorzustellen*] as circunstâncias reais presentes no mundo externo e passou a almejar uma modificação real deste. (Freud, 1911/ 2004, p. 66).

O paradoxo do encontro com o objeto aponta, portanto, que é somente por meio de um desaparecimento que os efeitos decorrentes do encontro primordial podem advir. Partindo da afirmação de Freud de que “a neurose envolve uma efetiva renúncia ao objeto real” (Freud, 1915c/ 2006, p. 45), é possível tomar a representação como testemunha dessa renúncia, o reconhecimento da perda da coisa. Desse modo, a representação “(...) é, ao mesmo tempo, consequência e causa de um estado de desejo da coisa.” (Qulichini, 2004, p. 82).

2.2.1 Do significante à representação

A noção de sujeito como efeito do significante sustentada por Lacan no *Seminário da Identificação* (1961-62) acompanha suas formulações teóricas ao longo de toda a obra. O significante, por sua vez, tomado da teoria saussureana, é elevado à função de representação do sujeito para outro significante, ou seja, representa-o fundamentalmente pela distintividade própria ao elemento significante (Lacan, 1961-62, inédito). A função de representação, portanto, atravessa a obra lacaniana de forma central, na medida em que ela é mesmo o que define o significante como tal.

Para definir a função do significante em Freud, Lacan recorre à *Vorstellung-Repräsentanz* de modo a destacar o efeito constitutivo da instauração da função de representação. Uma vez que o texto freudiano estabelece a relação entre a função de representação e o recalque, como apontamos anteriormente, Lacan demarca a primazia do significante na teoria psicanalítica construída por Freud a partir do recalco e da fundação do inconsciente. Já em seu Seminário sobre *O Desejo e sua Interpretação* (1958), afirma que, “nunca são, nunca podem ser recalcos senão os elementos significantes. Está em Freud! Só falta a palavra significante.” (Lacan, 1958-59, inédito – lição de 19/11/1958). E dando ainda mais clareza a seu discurso, aponta que “esse *Vorstellung-Repräsentanz* é estritamente equivalente à noção e ao termo significante.” (Lacan, 1958-59, inédito – lição de 26/11/1958).

Nesse sentido, a possibilidade da constituição do sujeito como efeito do significante funda-se a partir da instauração da função representativa que, por sua vez, implica o recalque. A esse respeito, na continuidade de seu Seminário proferido no ano seguinte – *A Ética da Psicanálise* –, Lacan afirma que “o nível das *Vorstellungsrepräsentanzen* é o lugar de eleição da *Verdrängung*.” (Lacan, 1986 [1959-60]/ 1988, p. 83).

A lógica freudiana acompanha o pensamento de Lacan à medida que sua concepção de sujeito como representado entre significantes é exposta a seus ouvintes. A noção do recalco original como atuante na determinação do que é recalco secundariamente permanece segundo os efeitos atrativos disso que é registrado em uma experiência primitiva (Lacan, 1973 [1964]/ 2008, p. 213). Pela leitura lacaniana, a *experiência de satisfação*, da forma como Freud a descreve a partir de uma percepção primordial do objeto, atravessa o organismo marcando-o por algo que já pertence à ordem do significante. É dessa experiência que se produz o recalco e a conseqüente implantação do significante no corpo. Algo do real, essa *Coisa* irredutível à representação de que nos fala Freud (1895), aparece na possibilidade de enlaçar o ser ao registro simbólico:

O mundo, portanto, este mundo cuja função de realidade é ligada à função perceptiva, é, apesar de tudo, aquilo em torno do qual nós só progredimos em nosso saber pela via da identidade dos pensamentos. Isso, para nós, não é de forma alguma um paradoxo, mas o paradoxal é ler, no texto de Freud, que o que o inconsciente busca, o que ele quer, se podemos dizer assim, que o que é a raiz de seu funcionamento, de sua entrada em jogo, é a identidade das percepções, isto é, que isto não teria literalmente sentido algum se o que estava em questão não fosse o seguinte: que a relação do inconsciente com o que ele busca em seu modo próprio de retorno é justamente aquilo que *uma vez* percebido é o identicamente idêntico, se podemos dizer, é o percebido *daquela vez ali*, é esse anel que ele passou ao dedo dessa vez com a punção. E é justamente isso o que faltará sempre: é que, em toda espécie de outra reparação do que responde ao significante original, no ponto onde está a marca que o sujeito recebeu deste, seja o que for, que está na origem do *Urverdrängt*, faltará sempre ao que quer que seja que venha representá-lo, essa marca que é a marca única do surgimento original de um significante original que se apresentou uma vez no momento em que o ponto, o algo do *Urverdrängt* em questão passou à existência no inconsciente, à insistência nessa ordem interna que é o inconsciente, entre, por um lado, o que ele recebe do mundo exterior e onde ele tem coisas a ligar; e, pelo fato de ligá-las sob uma forma significante, ele só as pode receber em sua diferença. E é exatamente por isso que ele não pode de maneira nenhuma ser satisfeito por essa procura como tal da identidade perceptiva, se é isso mesmo que o especifica como inconsciente. (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 10/01/1962).

E uma vez que o que é recalco é significante, tem-se que o sujeito advém do efeito de rasura desse significante original que o atravessa. É pelo apagamento que Lacan aponta a estruturação psíquica do sujeito a partir de sua relação com o significante. Há um movimento pulsativo sobre o qual o autor nos fala a propósito do funcionamento do inconsciente (Lacan, 1973 [1964]/ 2008) e do que resulta o cerne que concerne o sujeito. Algo que “só aparece para desaparecer e reaparece para de novo desaparecer, que é a marca do sujeito como tal.” (Lacan,

1961-62, inédito – lição de 06/12/1961). O nascimento do significante implica, portanto, três tempos. O tempo do apagamento é o que promove o retorno do último tempo ao primeiro, isto é, promove a rasura da marca primordial, eternizando-a.

Uma vez constituído o significante, há forçosamente dois outros antes. Um significante é uma marca, um rastro, uma escrita, mas não se pode lê-lo só. Dois significantes é um quiprocó, juntar alhos com bugalhos. Três significantes é o retorno daquilo de que se trata, isto é, do primeiro. (...) essa transformação sutil, essa pedra rejeitada que, por ser retomada, torna-se a pedra angular. (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 24/01/1962).

O sujeito, em sua unicidade significativa, advém do recalque originário instaurado pela marca deixada pelo traço. A marca, contudo, carrega o quê do real, concerne o ser imerso na *experiência de satisfação* que delimita, irremediavelmente, a constituição do sujeito em seu laço à alteridade. O traço unário se define no campo do Outro, na relação do sujeito ao desejo do Outro nas vias de constituição de seu desejo. No *Seminário da Identificação* (1961-62), Lacan recorre às topologias do *toro*, do *cross-cap* e da fita de *Moebius* para dizer do nó do neurótico com o Outro de forma a apontar que “é numa dependência da demanda do Outro que ele [o sujeito] tenta fundar, instituir seu desejo.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 21/03/1962). Tal dependência se dá, no entanto, segundo a impossibilidade fundamental de correspondência entre a demanda do sujeito e a demanda do Outro. O laço à alteridade marca o que há de capital na teoria psicanalítica desde os estudos freudianos acerca da *experiência de satisfação*: há um desencontro irremediável entre o ser e o Outro que fornece as bases à própria possibilidade do sujeito se constituir. Nesse sentido, Lacan afirma que “há, nesse nó com o Outro, tal como ele é aqui representado, uma relação de engodo.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 21/03/1962), recorrendo ao *Banquete* para cercar que a identificação que está em jogo no traço unário não trata da relação narcísica que presume a biunivocidade em causa no amor; a identificação decorrente do traço implica a falta que se evidencia por esse engodo, que faz com que o sujeito do desejo busque não o que há de desejável no Outro, mas o que há de desejante.

Do significante à representação, a passagem pelo Outro deixa seus efeitos presentificados pela negatividade. É do intervalo, no *gap* fundamental que enlaça o simbólico ao real que o sujeito pode advir como marcado pelo traço. Do outro – “pessoa experiente” de Freud – ao Outro lacaniano, o sujeito é constituído por esse traço que o concerne sem, no entanto, o prover de qualidades positivas. As noções de falta, apagamento, rasura se fazem

evidentes na possibilidade de inoculação do significante no corpo, instauração do recalque e fundação da função representativa.

É no intervalo entre esses dois significantes que vige o desejo oferecido ao balizamento do sujeito na experiência do discurso do Outro, do primeiro Outro com o qual ele tem que lidar, ponhamos, para ilustrá-la, a mãe, no caso. É no que seu desejo está para além ou para alguém no que ela diz, do que ela íntima, do que ela faz surgir como sentido, é no que seu desejo é desconhecido, é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito. (Lacan, 1973 [1964]/ 2008, p. 213-214).

É na medida em que o traço unário está, portanto, no campo do desejo, no nível em que o ser se enlaça à alteridade, que isso que ele inaugura, isso que dele resulta em relação à identificação do sujeito, a saber, a formação do *ideal do eu*, pode ser pensada segundo esta hiância fundamental que estrutura o nó entre o sujeito e o Outro, esse intervalo constitutivo que determina a identificação primordial por uma negatividade radical da qual qualquer afirmação se faz possível.

3 TERCEIRO CAPÍTULO

Da *Verneinung* ao não um do traço unário

Prosseguindo com sua exposição acerca da constituição do sujeito a partir dos efeitos do traço unário, Lacan aborda, ao longo do *Seminário* de 1961-62, a questão da *negação* e de suas relações com a identificação primordial. A negação foi tratada por Freud em seu texto de 1925 – *A Negativa* – que reúne elementos da técnica psicanalítica e da metapsicologia. A concepção adotada nesse trabalho é a de que representações recalçadas podem ser acessadas conscientemente contanto que sejam enunciadas sob a forma negativa pelo paciente (Freud, 1925/ 2007). O que se observa, no entanto, é que ainda que tais representações possam ser acessadas, os efeitos do recalque permanecem, indicando que o conhecimento do recalco pela via da negação implica particularidades que devam ser analisadas mais pormenorizadamente.

A abordagem lacaniana da negação no presente *Seminário*, por sua vez, faz referência tanto à lógica presente na linguística, na estruturação da frase, quanto à correspondente ao sistema formal de proposições categorizado por Aristóteles segundo as possibilidades afirmativa e negativa contidas na apresentação das proposições universal e particular. Nesse sentido, Lacan propõe confrontar os tempos da privação, da frustração e da castração com o suporte significante da negação, considerando a constituição do sujeito a partir da noção de superfície não-orientada que coloca em evidência o paradoxo do dentro/ fora. Nesse sentido, as figuras topológicas a que Lacan recorre evidenciam a proposta de seu discurso quanto à exposição dos tempos e eventos de diferenciação do sujeito em relação à alteridade radical.

Neste terceiro capítulo, sustentamos a lógica que orienta a presente dissertação. Retornamos às hipóteses constitutivas freudianas de forma a considerar a sequência do pensamento que permite a Lacan introduzir a questão da negação em sua abordagem da identificação do sujeito a partir do traço unário.

3.1 A constituição do sujeito segundo as operações de afirmação/ expulsão primordiais

Ao considerar a função do enunciado negativo presente no discurso de seus analisantes, Freud (1925) pode afirmar que a “negativa [*Verneinung*] é uma maneira de tomar conhecimento do recalco em um plano apenas intelectual. O que está em jogo, nesse caso, é só uma suspensão do recalco, naturalmente ainda não sua plena aceitação.” (Freud, 1925/

2007, p. 147-148). Por meio de uma observação aparentemente trivial, Freud indica que há algo de significativamente mais complexo na análise de uma representação inconsciente enunciada sob a forma de uma negação. Trata-se de um acesso intelectual às representações inconscientes, o que determina que os efeitos do recalque permaneçam inalterados na medida em que não há reunião entre a ideia expressa pela fala e o afeto a ela correspondente. Uma vez que o recalque tenha operado sobre a ideia, o desligamento entre esta e o afeto sustentam, de modo permanente, portanto, o rechaço daquela representação [*vorstellung*]. Freud observa, desse modo, que a ideia recalçada pode vir a ser conhecida conscientemente, mas que este acesso não altera os efeitos do recalçado na determinação do funcionamento psíquico do sujeito.

Partindo dessa observação advinda da clínica psicanalítica, o autor considera acerca da função judicativa exercida segundo a atividade intelectual do pensamento. O ato de afirmar ou negar é tributário da possibilidade de *pensar*, o que decorre da função psíquica de julgamento que, por sua vez, é definida por duas espécies de decisões: “A função de emitir juízos se refere basicamente a (...) decidir se alguma coisa [*Ding*] possui ou não uma certa característica e confirmar ou refutar se a representação [*Vorstellung*] psíquica dessa coisa tem existência real.” (Freud, 1925/ 2007, p. 148). Aqui, dois tempos são destacados: primeiramente, é preciso que se estabeleça uma separação suficiente entre o organismo e o meio através do julgamento do que é bom e, portanto, pertence ao Eu e, em contrapartida, do que é mau e constitui o não-Eu, isto é, define-se por estar externo ao Eu. Freud afirma “Conforme podemos notar, é novamente uma questão de *dentro e fora*.” (Freud, 1925/ 2007, p. 149 – itálicos do autor). O primeiro tempo consiste, desse modo, no *juízo de atribuição*. Em um segundo tempo, o *juízo de existência* visa a decidir a respeito da realidade de algo cuja representação já está presente no psiquismo. Trata-se de uma operação de *identificação* entre uma percepção e uma representação e, para que fique mais claro o pensamento freudiano a esse respeito, faz-se necessário retornar às suas primeiras considerações acerca da função judicativa exercida pela atividade de pensamento.

Pensamento e realidade ocupam os interesses de Freud desde seu *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895), no qual ele define que “(...) o objetivo e o fim de todos os processos de pensamento é o estabelecimento de um *estado de identidade*, a transmissão de uma catexia $Q\eta$ [sic], emanada do exterior, a um neurônio catexizado a partir do ego.” (Freud, 1950 [1895]/ 1996, p. 385 – itálico do autor). O *juízo de realidade*, neste sentido, consiste na conclusão do objetivo da atividade de pensamento. O processo pelo qual Freud considera que o pensamento se ativa implica a *dessemelhança* entre o que é nomeado como *catexia de*

desejo de uma lembrança, isto é, a evocação dos traços mnêmicos advindos de uma percepção quando de estados de desejo, e a própria *catexia perceptual*. “Quando as duas catexias não coincidem, surge o ímpeto para a atividade do pensamento, que voltará a ser interrompida pela coincidência entre ambas” (Freud, 1950 [1895]/ 1996, p. 380), ou seja, o êxito do *estado de identidade* põe fim ao pensar liberando a possibilidade de descarga da tensão acumulada nos estados de *urgência* ou de *desejo*. Cerca de trinta anos mais tarde, no texto sobre *A Negativa* (1925), Freud amplia a questão do *estado de identidade* ao apontar que, a partir do *teste de realidade*, não se trata apenas de encontrar uma identificação entre o objeto da percepção e a representação a ela correspondente, mas certificar-se de *reencontrar* o objeto primordial do complexo perceptivo²⁹. Freud observa ainda que, na medida em que uma representação advém como possibilidade de reprodução de uma percepção anterior sem que o objeto permaneça presente, o *teste de realidade* somente se estabelece com a condição de que “(...) objetos, que outrora trouxeram satisfação, já [tenham] sido perdidos.” (Freud, 1925/ 2007, p. 149). Não somente a função representativa instaura-se a partir da perda do objeto, como vimos, mas também o próprio *juízo de realidade*. Assim, o *juízo de atribuição* e o *juízo de existência* estão diretamente intrincados.

O mecanismo pelo qual Freud esclarece o processo de diferenciação entre o organismo e o meio é abordado em suas *Formulações sobre os Dois Princípios do Acontecer Psíquico*, de 1911, retomado em 1915 em *Pulsões e Destinos da Pulsão* e, posteriormente, em 1925 no trabalho sobre *A Negativa*. Orientado pelo *princípio do prazer*, o organismo humano neonato possuiria uma instância primitiva do Eu denominada por Eu-prazer e cujo interesse exclusivo seria empenhar-se na obtenção de prazer (Freud, 1911/ 2004). Desse modo, assim como os princípios de *inércia* e *constância* tratados no *Projeto* (1895) descrevem um aparelho psíquico cujo objetivo é o escoamento de todo acúmulo de tensão possível, sendo o processo de descarga associado ao prazer, o *princípio do prazer* define-se pela mesma lógica e sustenta a hipótese freudiana do Eu-prazer original. Em 1911, Freud descreve um Eu-prazer e um Eu-real que atuam em consonância e em favor dos interesses de cada um, quais sejam, a obtenção de prazer e a conservação do organismo, respectivamente.

Do mesmo modo como o Eu-prazer não pode senão desejar, trabalhar pela obtenção de prazer e desviar-se do desprazer, o Eu-real nada mais pode fazer além de almejar o que lhe traz *benefícios* e garantir-se contra danos. Na verdade, a substituição do princípio do prazer pelo princípio de realidade não implica a destruição do primeiro, mas sim a garantia de sua continuidade. (Freud, 1911/ 2004, p. 68 – itálico do autor).

²⁹ Vide p. 37 acima.

Em 1915, ao discorrer sobre as pulsões e seus destinos, Freud retoma princípios tratados em seu *Projeto* (1895), não mais com uma terminologia física, mas psicológica. Uma primeira diferenciação entre interno e externo seria possível a partir da impossibilidade do organismo eliminar, sozinho, um certo acúmulo de tensão que o pressiona e provoca desprazer. A constância dessa tensão eliminável somente com a intervenção de uma *ação específica* atua como ponto de referência para a diferenciação dos estímulos que chegam ao organismo – os exógenos, elimináveis por meio de uma ação muscular simples e aqueles endógenos, então nomeados por “necessidades pulsionais [*Triebbedürfnisse*]” (Freud, 1915a/2004, p. 147) e elimináveis somente através de alterações específicas no mundo externo. Essa diferenciação impõe-se desde um tempo radicalmente primordial, portanto. Aqui, contudo, há algumas nuances em relação à ideia do Eu-prazer como anterior ao Eu-real abordada em 1911. Ao tratar essa instância primitiva do Eu como autoerótica, Freud considera como inicialmente prescindível uma diferenciação do que é interno ou externo para o provimento de prazer. Tão logo as moções pulsionais são percebidas como desprazerosas, a satisfação não mais é atingida somente por meio da atividade auto-erótica e o organismo é impulsionado ao seu encontro através dos objetos externos. A diferenciação entre interno e externo se complexifica tornando a constituição do Eu cada vez mais consistente.

Na medida em que os objetos externos oferecidos sejam fontes de prazer, eles são recolhidos pelo Eu, que os introjeta em si (de acordo com a expressão de Ferenczi [1909]), e, inversamente, tudo aquilo que em seu próprio interior seja motivo de desprazer o Eu expela de si. Assim, desse Eu-real inicial, que pôde diferenciar o interno do externo a partir de marcas distintivas objetivas, deriva-se agora um *Eu-prazer* purificado, que coloca a característica de prazer acima de qualquer outra. O mundo externo é decomposto agora em uma parcela prazerosa, que ele incorpora em si, e em um resto que lhe parece estranho [*fremd*]. De seu próprio Eu ele extraiu uma parte que expeliu para o mundo externo e que passa a sentir como hostil. (Freud, 1915a/2004, p. 158-159 – itálico do autor).

Freud afirma serem as pulsões de autoconservação, portanto, as responsáveis pela primeira operação de introjeção dos objetos do mundo externo pelo Eu. A relação Eu-objeto é, desde o princípio, ambivalente, uma vez que o mesmo objeto estranho ao Eu pode ser fonte de prazer e, desse modo, incorporado como pertencente ao Eu (Freud, 1915a/2004). Tal ambivalência pode ser associada àquela tratada por Freud (1921) acerca das primeiras operações de identificação do sujeito. Pouco mais tarde, em seu texto sobre *A Negativa* (1925), Freud sustenta a hipótese de que “inicialmente, para o Eu-prazer não há diferença entre o mal, o que é estranho [*Fremd*] ao Eu e tudo aquilo que se situa fora do Eu. As três

categorias são idênticas.” (Freud, 1925/ 2007, p. 148), e a questão ainda será retomada em seu trabalho sobre o *Mal-Estar na Civilização* (1930)³⁰.

A função judicativa orienta-se fundamentalmente, portanto, pelo *princípio do prazer* ao decidir pela integração ou pela expulsão de coisas do Eu e, desse modo, estabelecer uma diferenciação entre dentro e fora, um Eu e um não-Eu. A oposição entre as possibilidades de julgamento é associada por Freud à dualidade pulsional, sendo a afirmação [*Bejahung*] ligada às pulsões de vida e a negativa, sucessora da expulsão [*Ausstossung*], relacionada às pulsões destrutivas.

Rabinovitch (2001) afirma que “o fato de que a afirmação primordial não ocorra sem negação implica a existência de uma negação prévia à *Verneinung*.” (p. 25). No texto freudiano a negativa [*Verneinung*] advém dessa expulsão [*Ausstossung*] primordial que, por sua vez, opera a partir da afirmação [*Bejahung*]. A ideia de sucessão da *Verneinung* em relação à *Ausstossung* é explícita, o que aponta para a anterioridade do movimento de expulsão nos tempos da constituição do sujeito em relação à inscrição do *símbolo da negativa* veiculado pelo *não* das construções gramaticais. O que é julgado como estranho ao Eu, aquilo que é expulso configurando o não-Eu só pode sê-lo segundo a afirmação daquilo que pertence ao Eu. A partir de Freud, Rabinovitch (2001) aponta que a *Verneinung*, ao supor

(...) a existência daquilo que ela nega (...), efetua, ao mesmo tempo, uma outra operação: separar as representações [*Vorstellungen*] e a coisa [*das Ding*]; o percebido [*Ding*] é, ou não, admitido dentro do *Ich*; aquilo que, do percebido for admitido (atribuído), se tornará um representado, enquanto aquilo que ficar fora do *Ich* por ter sido excluído, continuará sendo da ordem da coisa. (p. 36).

A própria instauração da função representativa, como vimos, decorre da *experiência de satisfação* advinda, por sua vez, dessa diferenciação primordial que o encontro com o objeto implica. O paradoxo da presentificação do objeto perdido, por meio da representação, é aqui antecedido por um outro: o paradoxo de uma instância primitiva do Eu que julga ao mesmo tempo em que se constitui a partir da atividade judicativa. O texto de Freud permite o apontamento de que *Ausstossung* e *Bejahung* são, portanto, os dois lados de uma mesma operação inaugural, não sendo possível definir a anterioridade de um sobre o outro. Trata-se de uma operação que se estabelece como “ao mesmo tempo separadora e constitutiva: porque *priva* o sujeito daquilo que não o constitui, ela lhe permite constituir-se.” (Rabinovitch, 2001, p. 37 – itálico nosso).

³⁰ Vide comentário da 6ª nota de rodapé, p. 18.

Se Freud (1925) aponta ora para a precedência do Eu em relação à negação consequente à *Ausstossung/ Bejahung*, ora para sua constituição a partir de tais operações e da definição radical de um dentro e um fora, recorreremos ao pensamento lacaniano para interrogar a topologia do sujeito do inconsciente, assim como considerar a relação entre a *Verneinung* de Freud e a constituição subjetiva a partir da unicidade do traço.

3.2 A *Verwerfung* implicada na *Verneinung*: o caráter constitutivo de uma exclusão primordial

Entre os anos de 1953 e 1954, Lacan aborda a questão da negação em um dos colóquios do seminário realizado no hospital Sainte-Anne a respeito dos *Escritos Técnicos de Freud*. A propósito do estudo das resistências, Lacan delega a Jean Hyppolite a função de comentar o texto sobre *Die Verneinung* (1925). O discurso de Hyppolite, encontrado nos *Escritos de Lacan* (1966/ 1998)³¹, faz uma análise minuciosa do texto freudiano e fornece uma compreensão clara acerca das questões abordadas em relação à função da negação na análise, bem como do que concerne à constituição psíquica a partir das operações primordiais de *Bejahung/ Ausstossung*. Em resposta ao comentário de Hyppolite sobre a *Verneinung*³², Lacan recorre à teoria freudiana sobre a diferenciação primordial entre o Eu e o não-Eu para sustentar o debate a respeito da instauração da primeira delimitação entre os registros simbólico, real e imaginário decorrente das operações inaugurais de constituição do sujeito.

Envolvido na reflexão filosófica sobre a existência, Lacan extrai do trabalho de Freud o aspecto *simbólico* da negativa como essencial àquilo para o que aponta seu discurso acerca da função da linguagem na estruturação psíquica. Certo de que as noções de real, simbólico e imaginário passam a ser cada vez mais familiares àqueles que o seguem, Lacan anuncia o fio condutor de sua *Resposta*: a abordagem das estruturas psicopatológicas e sua nosografia e o esclarecimento da clínica orientada pela teoria da técnica (Lacan, 1966 [1954]/ 1998). O momento do debate favorece, portanto, o estudo da metapsicologia freudiana, além de fornecer indicações do pensamento lacaniano sobre as psicoses, tema do seminário realizado entre 1955 e 1956.

³¹ Hyppolite, J. (1998). Comentário falado sobre a *Verneinung* de Freud. In *Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 893-902). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Comunicação feita em 10 de fevereiro de 1954).

³² Lacan, J. (1998). Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a *Verneinung* de Freud. In *Escritos*; (V. Ribeiro, trad., pp. 383-401). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Comunicação feita em 10 de fevereiro de 1954).

O recurso à *Verneinung* de Freud parte da análise do caso do *Homem dos Lobos* (1918), feito no primeiro ano de seu seminário (1951-52). Do caso, Lacan extrai a célebre formulação freudiana de que, da castração, aquele sujeito “nada queria saber no sentido do recalque” (Freud, 1918, citado por Lacan, 1966 [1954]/ 1998, p. 388)³³. E para demarcar a diferença entre a negação presente na *Verdrängung* e a negação efetuada pelo Homem dos Lobos em relação à castração, Freud utiliza o termo *Verwerfung*, ao qual Lacan propôs, naquele momento, o termo ‘supressão’ (Lacan, 1966 [1954]/ 1998). Trata-se de retornar a Freud a partir de uma leitura rigorosa que permita o estudo preciso do texto e da terminologia alemã utilizada. Seguindo as linhas de Freud, Lacan afirma o efeito de “abolição simbólica” (Lacan, 1966 [1954]/ 1998, p. 388) decorrente da *Verwerfung*. Freud, por sua vez, é taxativo: “Um recalque é algo diferente de um juízo que rejeita e escolhe.” (Freud, 1918, citado por Lacan, 1966 [1954]/ 1998, p. 389). Nesse sentido e partindo do comentário de Hyppolite, Lacan situa a *Verwerfung* na dialética da *Verneinung* freudiana como juízo fundamentalmente oposto à *Bejahung* primária e do qual se constitui aquilo que é expulso. Empenhado na formulação dos efeitos da *Verwerfung* para a estruturação da psicose, Lacan fundamenta sua exposição recorrendo à teoria freudiana das origens do psiquismo. A *Verwerfung*, inserida na dialética da *Verneinung* e situada em oposição à *Bejahung*, fornece ao discurso lacaniano o recurso à delimitação primordial entre os registros simbólico e real em um tempo mítico³⁴ da constituição do sujeito.

A *Verwerfung*, portanto, corta pela raiz qualquer manifestação da ordem simbólica, isto é, da *Bejahung* que Freud enuncia como o processo primário em que o juízo atributivo se enraíza, e que não é outra coisa senão a condição primordial para que, do real, alguma coisa venha a se oferecer à revelação do ser, ou, para empregar a linguagem de Heidegger, seja deixado-ser. (Lacan, 1966 [1954]/ 1998, p. 389).

A *Verwerfung* parece assumir, nesse ponto do ensino de Lacan, definição correspondente àquela fornecida por Freud pelo uso do termo *Ausstossung* em seu artigo sobre a *Verneinung*. É definida como o verso da *Bejahung*, isso que participa da primeira diferenciação entre dentro e fora. No mesmo sentido, Lacan dá continuidade à sua abordagem da *Verwerfung* em seu seminário sobre *As Psicoses* (1955-56), situando-a como operação de *rejeição* de algo primordial quanto ao ser do sujeito. Equivalendo-a a uma não-*Bejahung*,

³³ Mantemos a citação do texto de Lacan para preservar a tradução. As passagens citadas do caso do Homem dos Lobos podem ser encontradas, no entanto, em Freud, S. (1996). Uma neurose infantil. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (E. A. M. Souza, trad., Vol. 17, pp. 13-127). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1918), pp. 92 e 88, respectivamente.

³⁴ *Ibid.*, p. 384.

Lacan demarca o essencial da *Verwerfung* como a não simbolização de um *significante primordial*, introduzindo, assim, a categoria do real como aquilo que se situa fora do registro do símbolo e, portanto, é irredutível à estruturação significante.

Ao nível da *Bejahung* pura, primitiva, que pode realizar-se ou não, estabelece-se uma primeira dicotomia – o que teria sido submetido à *Bejahung*, à simbolização primitiva, terá diversos destinos, o qual cai sob o golpe da *Verwerfung* primitiva terá outro. (...) Há, portanto, na origem, *Bejahung*, isto é, afirmação do que é, ou *Verwerfung*. (Lacan, 1981 [1955-56]/ 2002).

O esforço lacaniano ao estudo das *Psicoses* conduz seu retorno às origens da constituição psíquica. Sua defesa da estruturação do inconsciente como uma linguagem exige o percurso pelos textos freudianos que tratam da formação do aparelho psíquico. O acesso primitivo do ser à realidade, tal como Freud o aborda – a partir dos registros mnêmicos decorrentes das primeiras percepções, bem como da divisão instaurada pelos juízos de atribuição e existência – delimita, pelo discurso lacaniano, o mundo constituído segundo as leis significantes. A dialética da *Verneinung*, da qual Lacan parte para sustentar seu rigor na diferenciação entre a *Verdrängung* e a *Verwerfung*, oferece à teoria da técnica os elementos necessários à consideração dos destinos encontrados pelo sujeito em sua trajetória constitutiva. O aparelho psíquico suposto por Lacan implica, portanto, a operação judicativa em relação a um significante primordial. No artigo em que reúne o conteúdo das exposições dos primeiros meses do seminário sobre *As Psicoses*³⁵, afirma ser “ao significante que se refere a *Bejahung* primordial” e aponta a *Carta 52* (1896) como exemplar do destaque dado por Freud a este “termo de uma percepção original, sob o nome de signo, *Zeichen*.” (Lacan, 1966/ 1998, p. 564). Nesse ponto, a *Verwerfung* parece distinguir-se, ainda que sutilmente, da *Ausstossung*. Se a primeira, como não-*Bejahung*, constitui a rejeição de um significante primordial, pode-se pensar que concerne a um tempo posterior à separação primitiva entre o que é da ordem do Outro e da Coisa, isto é, do simbólico e do real. É algo do simbólico que a *Verwerfung* rejeita, e o pensamento lacaniano prossegue deixando mais claro que a “*Ausstossung* se refere ao real e que a *Verwerfung* se refere a um fragmento da bateria significante introduzida no sujeito pela *Bejahung*.” (Rabinovitch, 2001, p. 30).

É pelo estudo das *Psicoses*, portanto, que Lacan convoca o pensamento de seus ouvintes à consideração do paradoxo da presentificação da ausência que perpassa a obra freudiana. Assim como percorremos os textos de Freud que apontam para os efeitos

³⁵ Lacan, J. (1966/ 1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In *Escritos*; (V. Ribeiro, trad., pp. 537-590). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

constitutivos da perda do objeto primordial, Lacan considera, a partir de suas elaborações sobre a *Verwerfung*, acerca dos destinos disso que é expulso da operação judicativa primitiva. Isso que é suprimido de sua *Bejahung*, “(...) constitui, diz-nos Freud, aquilo que não existe propriamente, e é como tal que ek-siste, pois nada existe senão sobre um suposto fundo de ausência. Nada existe senão na medida em que não existe.” (Lacan, 1966 [1954]/ 1998, p. 394).

Já em seu *Seminário da Identificação* (1961-62), a questão da negação é orientada pela filosofia das proposições aristotélicas e em relação aos tempos da constituição do sujeito demarcados pela privação, pela frustração e pela castração. Os efeitos dos apagamentos constitutivos do psiquismo são abordados a partir da rasura promovida pelo traço unário na constituição do que Lacan concerne como a identificação simbólica.

3.3 O apagamento como rasura: a constituição do sujeito como -1

Ao se propor a abordagem da identificação simbólica, Lacan prossegue com a exposição de suas lições introduzindo gradativamente a questão da negação. A leitura atenta do seminário de 1961-62 permite a progressiva circunscrição das questões que norteiam o pensamento lacaniano no que concerne ao tema proposto para aquele ano. Ainda que enunciada de diferentes formas e passível de ser resgatada de escritos e exposições de anos anteriores, sua questão é a de saber do que trata a origem do inconsciente a partir de um ponto arcaico necessário à possibilidade do encadeamento significante pelo qual o sujeito se constitui. Nesse sentido, Lacan retoma a topologia do aparelho psíquico freudiano presente no livro sobre a *Interpretação dos Sonhos* (1900) para indicar as primeiras noções de fronteira com que Freud trabalha em sua suposição dos sistemas consciente, pré-consciente e inconsciente. Ao interrogar o que está em jogo na passagem de alguma coisa de um sistema para o outro, Freud problematizara o estatuto desta passagem, como vimos acima: trata-se de uma mudança de investimento ou de uma dupla inscrição? O interesse de Lacan é indicar que há, de forma clara, a necessária divisão entre dentro e fora na topologia do aparelho psíquico forjada por Freud.

Assim, Lacan aponta que o sujeito do inconsciente é constituído segundo a noção de fronteira. Há os pensamentos – as representações – que se exprimem pela fala, articulam-se como uma linguagem acessível à comunicação e compõem os sistemas pré-consciente/consciente. Há, por sua vez, os pensamentos restritos ao sistema inconsciente, representações articuladas como uma linguagem, mas não acessíveis, no entanto. Nesse sentido, esses

pensamentos estariam situados num dentro apartado do fora, espaço em que a fala é capaz de exprimir os pensamentos conscientes. Lacan interroga a topologia freudiana ao considerar se as fronteiras entre os sistemas são tão nítidas. “O que importa é ver que a linguagem articulada do discurso comum, em relação ao sujeito do inconsciente, enquanto ele nos interessa, está do lado de fora. Um lado de fora que *reúne* em si o que chamamos de nossos pensamentos íntimos (...).” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 10/01/1962 – itálico nosso). A ideia de *reunião* entre o fora e o dentro importa à topologia proposta ao longo do presente seminário a partir do toro e da fita *moebiana*: “O problema do que se passa quando o inconsciente chega a se fazer ouvir ali é o problema do limite entre esse inconsciente e o pré-consciente.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 10/01/1962). Assim, a negação, como abordada por Freud, surge por sua função de interrogação desse mesmo limite. Mais ainda, a questão da negação se introduz a partir do problema da própria existência do ser, bem como da constituição do sujeito que aqui nos interessa, este que se representa entre significantes. Lacan interroga o que a negação supõe dando indicações do caminho que seguirá no percurso engendrado pela questão: “Ela supõe a afirmação sobre a qual se apoia? Sem dúvida. Mas será que tal afirmação será, apenas, a afirmação de alguma coisa do real que estaria simplesmente suprimida?” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 17/01/1962).

Lacan parte das construções gramaticais para retomar os efeitos do *não* presente na frase a partir do que Freud nos indica: a negação possibilita a admissão intelectual de determinada representação inconsciente na consciência. A observação das partículas componentes da negação na língua francesa – o *ne* discordancial e o *pas* exclusivo, assim analisados por Pichon³⁶ – permite a Lacan dizer dessa dissonância que a negativa exprime, essa distinção entre o *sujeito da enunciação* e o *sujeito do enunciado*. Distanciando-se da defesa de Pichon, no entanto, Lacan aponta para o que está para além das significações atribuídas pelo psicanalista às partículas negativas considerando as posições em que *ne* e *pas* se encontram na frase. Assim, aponta como às partículas negativas pode ser restituído o valor positivo, de modo a indicar que as cargas negativa e positiva dos termos acabam se cruzando, de alguma forma, de acordo com a maneira como a estrutura frasal se constrói. A partícula *pas*, portanto, para além de conotar “o puro e simples fato da privação”, é vista, segundo a

³⁶ De acordo com Milner (2010), Édouard Pichon (1890-1940), membro fundador da Sociedade Psicanalítica de Paris, desempenhou um papel importante na psicanálise de língua francesa. Junto ao gramático Jacques Damourrette, publicou o monumental *Des mots à la pensée* (1911-1930). Três de seus importantes artigos podem ser encontrados em J. Damourrette et E. Pichon (1993). *Grammaire et Inconscient*. In *Supplément au numéro deux de L'Unebêvue*, Ecole Lacanienne de Psychanalyse, entre eles o trabalho ao qual entende-se que Lacan, no *Seminário da Identificação* (1961-62), tenha se referido a propósito da abordagem da negação: J. Damourrette et E. Pichon (1928). *Sur la signification psychologique de la négation en français*. In *Journal de psychologie et pathologique*. Paris: Félix Alcan.

análise lacaniana, como “alguma coisa que, longe de ser, em sua origem, a conotação de um buraco, da ausência, exprime ao contrário a redução, o desaparecimento talvez, mas não acabado, deixando atrás dele as marcas do menor traço, o mais evanescente.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 17/01/1962). Trata-se aí, desse modo, da ausência que pressupõe a presença; do apagamento que implica a permanência da marca deixada pelo traço, como rasura. Trata-se da negação que supõe a afirmação na qual se apoia, portanto, e considerando a interrogação de Lacan citada acima, afirmação de alguma coisa do real que não está simplesmente suprimida, mas, ao contrário, concerne fundamentalmente o ser na medida em que é eternizada como traço.

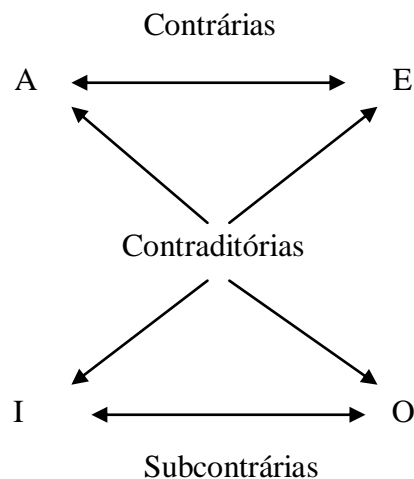
Nesse aspecto, Lacan propõe o estudo das proposições lógicas aristotélicas para apresentar um quadro geral das várias formas da negação a partir do que a experiência psicanalítica – e também filosófica – aborda: a questão da privação, da frustração e da castração. Seu percurso parte fundamentalmente do texto freudiano e visa a responder “à questão que liga, justamente, a definição do sujeito como tal àquela da ordem de afirmação ou de negação na qual ele entra na operação dessa divisão proposicional.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 17/01/1962). O sistema formal de proposições, do modo como classificado por Aristóteles pelas categorias da afirmativa e da negativa, tanto universais, quanto particulares, é apresentado por Lacan segundo os quadrantes A E I O. A proposição *Homo mendax* é tomada para ilustrar seu pensamento, construindo o seguinte quadro³⁷:

A	E
Omnis homo mendax	Omnis homo non mendax
Nullus homo non mendax	Nullus homo mendax
Aliquis homo mendax	Aliquis homo non mendax
Non ominis homo non mendax	Non omnis homo mendax
I	O

É preciso notar que, assim organizadas, as proposições ocupam posições chamadas *contrárias* e *subcontrárias*. Isto é, no caso das contrárias, na linha das proposições universais – A-E –, não é possível que sejam verdadeiras ao mesmo tempo: a afirmação de que “Todo homem é mentiroso” [A] exclui a veracidade da afirmação de que “Todo homem não mente”

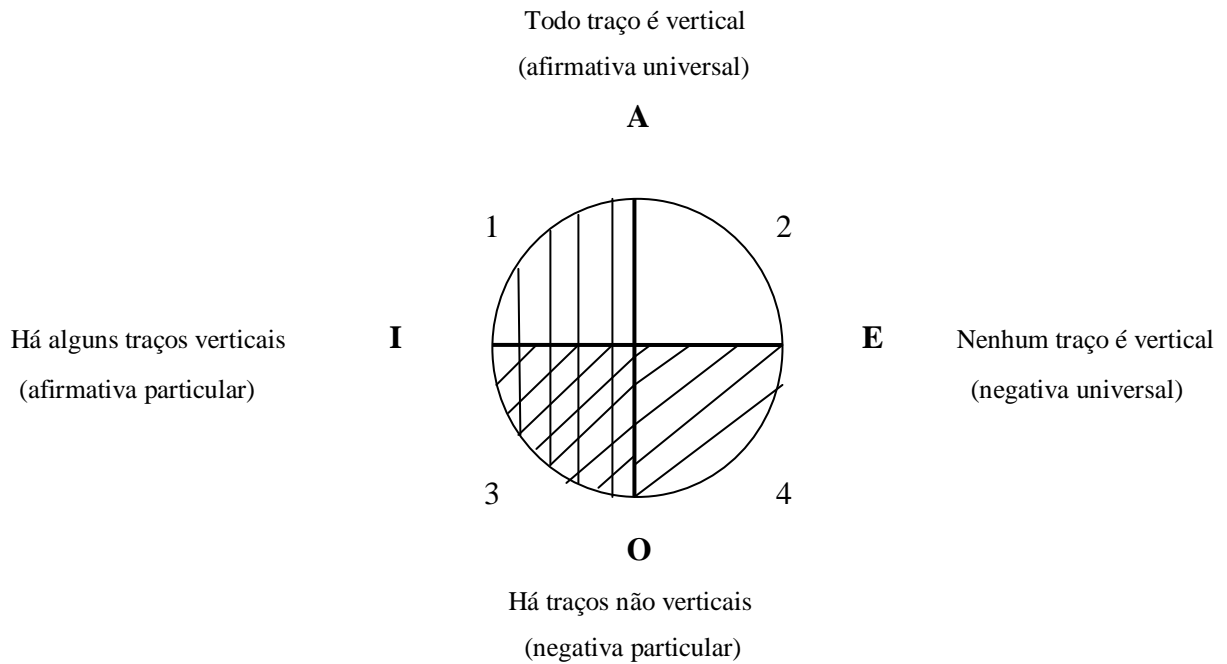
³⁷ Cf. Lacan, J. (1961-62). *Le Seminaire: L’Identification* – inédito – lição 17/01/1962.

[E]. Em relação às subcontrárias, na linha das proposições particulares – I-O –, por sua vez, as proposições afirmativas ou negativas não se excluem reciprocamente, sendo possível tomá-las como verdadeiras ao mesmo tempo. Que “Alguns homens mintam” [I] não exclui a veracidade de que “Alguns homens não mentem” [O]. Do mesmo modo, que “Nem todo homem não mintam” [I] não contradiz a negativa particular de que “nem todo homem mente” [O]. Há ainda a relação entre as *contraditórias*, a oposição diagonal entre as proposições que determina que, sendo a universal A verdadeira, por exemplo, esta exclui a veracidade de sua oposta, a particular O; sendo falsa a particular I, por sua vez, esta exclui a falsidade da que se opõe, a universal E. As relações que se estabelecem entre as proposições, da forma como Aristóteles as organiza, ilustram-se, portanto, segundo a figura:



A partir da organização clássica das proposições afirmativa e negativa, universais e particulares, Lacan recorre a um ordenamento diverso de tais proposições, propondo o modelo de *Sir Charles Sanders Peirce*³⁸ para indicar novas relações para além das consideradas por Aristóteles. O quadrante de Peirce é cuidadosamente grafado com *traços* que variam de acordo com o atributo da *verticalidade*.

³⁸ De acordo com Salatiel (2010, 2011), Charles Sanders Peirce (1839-1914), filósofo norteamericano, mais conhecido como fundador do pragmatismo clássico e da moderna teoria dos signos (a semiótica). Praticamente seu único trabalho regular foi na *US Coast and Geodetic Survey* (atual *National Geodetic Survey*), órgão governamental de mapeamento, onde chefiou equipes de pesquisas em experimentos em gravidade e com pêndulos por mais de três décadas. Publicou importantes trabalhos em geodésia e astronomia, incluindo seu primeiro livro, *Photometric researchs* (1878), resultado de pesquisas realizadas no Observatório de Harvard. Durante toda sua carreira de cientista, Peirce elaborou trabalhos inovadores em lógica e filosofia. Em filosofia, particularmente, incorporou os anos de aprendizado em ciências experimentais (era químico de formação) em sua preocupação em desenvolver um método científico que guiasse as especulações metafísicas. No campo da lógica é reconhecido como um dos fundadores da lógica moderna e propôs em 1909 uma lógica trivalente que antecipou em mais de dez anos os primeiros trabalhos em lógicas não-clássicas.



O *traço*, diz-nos Lacan, preenche a função do sujeito, e a função *vertical* assume lugar de atributo, suporte. Assim, a afirmativa universal “Todo traço é vertical” é ilustrada pelo quadrante 1. Diferentemente da organização clássica das proposições, tal afirmativa não somente não é contradita pelo quadrante 2, mas por ele é confirmada. “Se digo *todo traço é vertical* isso quer dizer que, quando não há verticais, não há traço.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 17/01/1962). Não há contradição, portanto, uma vez que “não há nenhum traço que não seja vertical nesse setor do quadrante. Eis, portanto, ilustrada pelos dois primeiros setores a afirmativa universal.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 17/01/1962). Para tornar sua exposição clara, Lacan discorre sobre as funções negativa e afirmativa, universal e particular de cada quadrante. A negativa universal ilustra-se pelos quadrantes 2 e 4 segundo a formulação de que “Nenhum traço é vertical”. Mais uma vez, o modelo de Peirce diferencia-se da doutrina clássica na medida em que permite que o quadrante 2 compartilhe tanto a afirmativa, quanto a negativa universal. As formulações particulares são ilustradas pelos quadrantes 3 e 4 – “Há traços não verticais” – e 1 e 3 – “Há alguns traços verticais”.

O que se faz importante destacar, aqui, é a função de confirmação das fórmulas universais que o quadrante vazio [2] assume. Nesse sentido, a afirmação universal é suportada pela negação universal na medida em que o setor vazio é a expressão máxima da verdade do atributo de verticalidade do traço. Como apontamos acima, o quadrante 2 se exprime pela fórmula “Não há nenhum traço que não seja vertical” – negativa que sustenta a possibilidade dos quadrantes 1 e 4. Lacan define, portanto, “a casa negativa [2] como correlativa essencial

da definição de universalidade (...).” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 17/01/1962). Tal recurso à lógica serve à exposição de Lacan na medida em que indica que a identificação ao traço unário, tal como nos é apresentada como identificação primordial, implica o apagamento, o vazio do qual partirá o sujeito. E através do quadrante de Peirce, é possível articular a constituição do sujeito com a negação e esta, por sua vez, com a privação: “(...) a negação nunca é linguisticamente um zero, mas um *não um*. (...) E toda a história da negação é a história desta consumação por alguma coisa que está onde? É justamente o que tentamos cercar: a função do sujeito como tal.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 21/02/1962).

O *não um* confere à casa vazia a notação -1. Daí o esforço lacaniano em indicar que a marca conferida pelo traço unário é essencialmente a marca de uma distintividade – *Einzigkeit* – e não de uma unificação – *Einheit*. A distintividade define a função significativa do traço na medida em que é a própria essência da possibilidade. É o vazio, a ausência que suporta qualquer existência. O sujeito advém, portanto, dessa privação primeira à que se articula a perda primordial do objeto de que nos fala Freud.

(...) o possível de que se trata aqui não é nada senão o possível do sujeito. Só o sujeito pode ser esse real negativedo por um possível que não é real [mas, sim, simbólico]. O -1, constitutivo do *ens privativum*, nós o vemos assim ligado à estrutura a mais primitiva de nossa experiência do inconsciente, na medida em que ela é aquela, não do interdito, nem do dito que não, mas do não-dito, do ponto onde o sujeito não está mais para dizer se ele não é mais mestre dessa identificação ao 1, ou dessa ausência repentina do 1, que poderia marcá-lo. Aqui se encontra sua força e sua raiz. (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 28/02/1962).

É pela lógica que Lacan aponta, portanto, as relações entre a negação e a constituição do sujeito pelo traço unário. A visada lacaniana, que permite a articulação entre o *Seminário da Identificação* e os diferentes tempos de seu ensino, bem como da obra freudiana, apresenta aos ouvintes que o seguem o percurso do pensamento que parte das identificações, transita pelas implicações da perda primordial do objeto e leva à noção do sujeito constituído como negativizado, -1. Naquele ano de 1962, ao tratar da privação, da frustração e da castração como as faltas constitutivas do sujeito, Lacan retoma o termo pelo qual abordou a ideia de uma exclusão primitiva como instauradora desse vazio de onde parte o sujeito:

E alguns se preocupam que eu não dê lugar à *Verwerfung*. Ela está lá, antes, mas é impossível partir dela de uma maneira dedutível. Dizer que o sujeito constitui-se primeiramente como -1 é algo onde vocês podem ver efetivamente, como era de se esperar, é como *verworfen* que nós o vamos encontrar (...). (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 07/03/1962).

O traço unário articula-se a essa *Verwerfung* constitutiva, demarcando, nesse tempo do estudo lacaniano, aquilo que é da ordem da instauração do registro simbólico organizado pelo encadeamento significante. Aqui, entende-se a *Ausstossung* como implicada na *Verwerfung* e remontando a algo do real. E é a partir dessa suposição de uma divisão primitiva entre o real e o simbólico, em contraposição a um dentro e um fora proposto por Freud, que Lacan recorrerá à topologia para dizer de uma continuidade entre as instâncias constitutivas do sujeito marcado pelo traço que o funda simbolicamente e fornece o ensejo à amarração entre aquilo que se organiza como imaginário e aquilo que o mobiliza sem se escrever, isto é, sem se inserir na lógica das representações [*Vorstellungen*], o real.

Introduzir o estudo das figuras topológicas permite a Lacan dar uma primeira forma ao pensamento que irá modular a noção de *objeto a*. O traço unário, como marca da alteridade no corpo, implica a relação do ser neonato com o Outro, relação da qual o desejo se funda, para além de um laço especular. São muitas as implicações da formulação da noção de *objeto a* para a continuidade da teoria. A ideia de que algo se depreende como resto das operações primordiais de identificação simbólica indica suas relações com o que Freud, e posteriormente o próprio Lacan, elaborou em torno de *das Ding* e vai além, no que concerne à precisão das articulações nodais entre os registros R S I. A continuidade desse percurso não será realizada na presente dissertação. Nosso intento consiste em sistematizar o que foi apontado sobre as elaborações de Freud e Lacan em relação às identificações a fim de que nossas considerações acerca do trajeto que conduz o pensamento de um a outro sejam esclarecidas de modo a vislumbrar uma leitura possível dos elementos da teoria implicados na questão inicial que nos mobiliza: a de que o sujeito da psicanálise define-se por estar representado entre significantes. É com esse intento que as considerações finais que se seguem traçam o percurso aqui construído e apontam para possibilidades de pensamento que a teoria nos apresenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução da perda na realidade e a constituição do sujeito como representado entre significantes

Pela busca do que está no princípio do sujeito do inconsciente, trilhamos o caminho das identificações construído por Freud, continuado e reinventado por Lacan. O caminho nos permitiu a passagem por pontos essenciais à teoria psicanalítica da constituição subjetiva, uma vez que tais pontos tratam da estruturação disto que é o próprio cerne da psicanálise: o psiquismo. Pelo percurso que trilhamos, pudemos observar a continuidade de um pensamento ao outro, de um ensino anterior ao seguinte e mesmo o que há de dialético e o que há de constante no que se refere à constituição da estrutura do sujeito.

Freud (1921) recorrera a três modos de identificação, descritos segundo uma noção de cronologia. Lacan, por sua vez, sustenta a lógica concernente às identificações, ultrapassando a linearidade do *cronos* ao considerar a articulação entre a sincronia e diacronia, tratando a constituição psíquica a partir de uma estrutura de linguagem. Ainda que didaticamente distintas, é possível reunir as identificações tratadas por Freud a partir de pontos universais: os três modos dizem da ambivalência inerente aos laços primordiais entre o ser neonato e o outro semelhante e definem-se por uma perda que implica a instauração de uma instância *ideal* no Eu. A introjeção/incorporação de traços do objeto no Eu está necessariamente precedida por uma experiência de perda. Como vimos, desde o *Projeto* (1895), a experiência de perda, associada à *experiência de satisfação*, fundamenta a própria possibilidade de constituição do psiquismo. Freud destaca os efeitos de tal experiência de satisfação a partir do que se registra como traço mnêmico passível de ser lembrado e, portanto, fundante da função representativa, e a partir do que se depreende como *Coisa*, permanece constante, inacessível à lembrança e irreduzível à representação. Tal divisão primordial entre o que é da ordem das representações e o que subsiste ativo na vida psíquica, mas se encontra, desde o princípio, perdido, articula-se às considerações de Freud sobre o *recalque originário* como fundador do inconsciente. Uma vez que esse recalque, como vimos, antecede e mesmo enseja o *recalque propriamente dito*, atuando como atrativo das representações recalçadas secundariamente, o pensamento freudiano nos conduz a considerar, a partir de seu próprio texto, a articulação possível entre o *recalque originário* e a função da *identificação ao pai* na conformação das identificações abordadas como posteriores. Seguindo uma leitura possível, ambos surgem no

lugar de fundação do psiquismo e implicam a perda ou abandono de uma condição indiferenciada anterior do organismo.

A questão da negação, por sua vez, surge também atrelada ao pensamento de Freud relativo ao princípio da vida psíquica. Associada à função judicativa, fundada por um Eu primitivo e, ao mesmo tempo, fundante desse Eu, a negação pode ser lida como expressão máxima da concepção de um aparelho psíquico demarcado pelas noções de interno e externo. Tais noções não se dissociam, como vimos, daquilo que as ideias de *recalque originário* e *identificação* indicam: no princípio da vida psíquica, algo instaura e constitui aquilo que fará parte do discurso corrente, consciente, e algo permanece rechaçado, estranho, mas fundamentalmente determinante do funcionamento psíquico. Voltamos, neste ponto, à ambivalência primordial entre ser neonato e o objeto que, por sua vez, diferencia-se do Eu sendo, ao mesmo tempo parte desse Eu – afirmado, introjetado/ incorporado, amado, fonte de satisfação – e hostil ao Eu – expulso, perdido, abandonado.

Perpassando o ensino lacaniano, apresentamos, no último capítulo, a importância do que é construído no *Seminário das Psicoses* (1955-56). A exclusão de algo primordial como constitutiva e elaborada sob a noção de *Verwerfung* é retomada e relida posteriormente, em outros momentos. Entre 1955-56 a expulsão do significante primitivo é abordada já a partir da definição do sujeito como representado entre significantes. O significante, portanto, já assume, nesse momento, a função de elemento unário da estrutura do sujeito. Algo de excluído antecede, no entanto, a estruturação significante, isto é, ordenada pelo registro simbólico. A exclusão primitiva remonta ao tempo daquilo que não se inscreve, que não se escreve. No *Seminário da Ética*, já entre 1959-60, Lacan aponta para o sentido da noção de *das Ding* no texto freudiano no que concerne a este ponto nodal da teoria que é a função constitutiva do perdido, do negativizado.

Das Ding é o que – no ponto inicial, logicamente e, da mesma feita, cronologicamente, da organização do mundo no psiquismo – se apresenta, e se isola, como termo de estranho em torno do qual gira todo o movimento da *Vorstellung*, que Freud nos mostra governado por um princípio regulador, o dito princípio do prazer, vinculado ao funcionamento do aparelho neurônico. (Lacan, 1986 [1959-60]/ 1988, p. 76).

Das Ding como esse objeto perdido primordialmente, anterior e mesmo instaurador da função de representação é reencontrado no texto sobre a *Verneinung* (Freud, 1925), conforme Lacan (1955-56) nos aponta. “*Das Ding* deve, com efeito, ser identificado com o *Wiederzufinden*, a tendência a reencontrar, que, para Freud, funda a orientação do sujeito humano em direção ao objeto” (Lacan, 1986 [1959-60]/ 1988, p. 76), bem como define-se

como aquilo em torno do que gravitam as *Vorstellungen* inconscientes que organizam a estruturação significativa desse sujeito. A tendência a reencontrar, por sua vez, é tratada por Freud ao longo de toda sua obra a partir do fenômeno da repetição orientada pelo *princípio do prazer* e pelo que dele está além.

No *Seminário da Identificação* (1961-62), Lacan aponta a relação do traço unário, marca primordial do significante no corpo, com a tendência a reencontrar implicada nas voltas da repetição que o toro ilustra. Não abordamos a especificidade do uso de cada figura topológica, mas faz-se importante apontar a proximidade com que são tratados os tempos primordiais de captura do ser neonato pelo significante e de destacamento de um objeto como resto dessa operação primeira de captura. Nesse sentido, ao se interrogar o que o neurótico quer saber sobre seu ser, Lacan aponta a relação entre o desejo, articulado à tendência a reencontrar, e o significante, na medida em que um e outro são como dois lados de uma mesma operação constitutiva, essa da identificação pelo traço unário. O significante, portanto, encontra-se no lugar de “*médium*” de acesso à *Coisa*, esse objeto perdido primordialmente. O sujeito constituído como *ens privativum*, portanto, aponta para a privação no âmbito do real. “O neurótico não sabe (...) que é enquanto sujeito que ele fomentou isso: o advento do significante enquanto *o significante é o apagador principal da coisa*; que é ele, o sujeito que, ao apagar todos os traços da coisa, faz o significante.” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 14/03/1962 – itálicos nossos). O apagamento, portanto, instaura uma primeira diferenciação do ser que se constituirá como sujeito, ao mesmo tempo em que funda a tendência ao retorno àquilo que se perde pelo apagamento. O sujeito como efeito de uma negação primordial, esse sujeito privado, constituído como -1, é-nos apresentado no discurso lacaniano como “fundamento lógico de toda possibilidade de uma afirmação universal (...); a única verdadeira segurança da afirmação universal é a exclusão de um traço negativo (...).” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 14/03/1962).

Nesse ponto, retornamos à leitura freudiana no que concerne à função da perda na instauração de uma instância ideal. A perda, como atrelada à tendência ao retorno, implica uma divisão radical entre o sujeito e seu ideal. Não há coincidência entre o pensar e ser, como pretendia o *cogito* cartesiano. O traço unário concerne o ser ao registro simbólico a partir de uma exclusão no nível do real. Lacan nos afirma, desse modo, que “o ideal é tudo que há de real no simbólico” (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 14/03/1962); o ideal parte da perda, no real, e fomenta-se pela tendência ao reencontro em torno do que as *Vorstellungen* gravitam. O sujeito se identifica, portanto, a essa ausência que não é senão rasura que marca a diferença como tal, marca da alteridade no corpo até então indiferenciado.

Pela privação, portanto, o simbólico é fundado; o desejo, por sua vez, se revela pela frustração. Pela elaboração da noção de frustração, a dimensão constitutiva da perda mantém-se em questão.

O desejo do objeto como tal, uma vez que ele repercute até no próprio fundamento do sujeito, que ele o abala bem além de sua constituição, como satisfeito ou não, como repentinamente ameaçado no mais íntimo de seu ser, como revelando sua falta fundamental, e isso na forma do Outro, como trazendo à luz ao mesmo tempo a metonímia e a perda que ela condiciona. Essa dimensão de perda, essencial à metonímia, perda da coisa no objeto, está aí o verdadeiro sentido dessa temática do objeto enquanto perdido e jamais reencontrado, o mesmo que está no fundo do discurso freudiano e incessantemente repetido. (Lacan, 1961-62, inédito – lição de 14/03/1962).

Limitamo-nos, na presente dissertação, à abordagem da identificação pelo traço unário até o nível da privação. Todo percurso trilhado, de Freud a Lacan, teve como objetivo construir algumas leituras possíveis à definição lacaniana do sujeito como representado entre significantes, bem como constituído como -1. A continuidade do *Seminário da Identificação*, que segue pelas elaborações acerca do *objeto a* como objeto do desejo e de suas relações com a falta primordial e com a função do Outro, parte desse início do sujeito como efeito da privação na coisa. Entendemos que para trilhar, daqui para frente, o percurso do desejo, fez-se necessária uma passagem pelo que o precede e enseja. Nesse sentido, o nosso desejo de continuidade localiza-se, portanto, no estudo do *desejo*.

Pela leitura do traço unário lacaniano, pudemos indicar uma unificação das identificações tripartidas por Freud. *Ein einziger Zug*, esse traço parcial, altamente limitado, que marca o ser neonato a partir de uma perda primordial e determinante dos tempos da constituição do sujeito atravessado pela falta que o Outro lhe imprime; *ein einziger Zug* reúne os três modos de identificação tratados por Freud por comportar a ausência, o negativizado, como condição inexorável do que se constituirá como presença, como positivizado, como *ideal* ao qual o sujeito se identifica. Cerca de dez anos à frente do *Seminário da Identificação* (1961-62), já no *Seminário De Um Discurso que não Fosse Semblante* (1971), Lacan retoma o traço unário a partir da questão de saber a que lado ele deve ser situado – do simbólico, do imaginário ou, por que não, do real. Sem que tal resposta seja dada de imediato, Lacan reafirma o que há de essencial na noção de traço unário que foi, então, formulada ao longo de seu ensino: “é pelo apagamento do traço que o sujeito é designado. Isso é marcado em dois tempos. É preciso aí que se distinga a rasura (...). Rasura de traço algum que seja anterior.” (Lacan, 2007 [1971]/ 2009, p. 113).

Neste sentido, a questão que nos mobiliza, a da definição de *sujeito como aquele que é representado entre significantes* aponta, pelo estudo do traço unário, para a função da ausência, do apagamento que, por sua vez, não anula, não extingue, mas rasura.

Primeiramente, a própria noção de significante implica, como vimos, o apagamento e, essencialmente, a ideia de uma unidade distintiva da estrutura do sujeito, e não de uma unidade unificante. A ideia de unidade presente na realidade de qualquer organismo íntegro torna-se obscura quando aplicada à função da mente, que não é uma totalidade. O sujeito dividido entre consciente e inconsciente atesta aí mesmo essa impossibilidade de *unidade unificadora* que o faz irreprodutível, sempre comparecendo diferente de si mesmo. Ao mesmo tempo, o sujeito deixa reconhecer sua insistência em repetir, servindo, para isso, de meios sempre distintos. É nesse sentido que poderíamos dizer da função do significante de *representante do sujeito para um outro significante*, e não de *representante de alguma coisa para alguém*, tal qual o signo. A noção de significante carrega essa propriedade substitutiva que implica a perda sem, no entanto, excluir a marca representativa produzida antes da operação de apagamento. A fórmula da metáfora, que nos é apresentada desde o texto sobre *A Instancia da Letra no Inconsciente* (Lacan, 1966 [1957]/ 1998) nos indica essa função representativa, que será sempre retomada por Lacan.

A metáfora pode ser representada através da estrutura: S, um significante, se coloca em posição de substituição em relação a um outro significante; S', produzindo algo na medida em que um laço de S' com S é conservado resultando no efeito de nova significação. Dois significantes estão em causa, duas posições de um desses significantes, e um elemento heterogêneo, s, efeito de significado. S, na medida em que veio substituir S', torna-se o fator de um efeito metafórico de significação [S(1/s)]

$$S/S' \times S'/s \rightarrow S(1/s)$$

No momento primeiro, original, do recalçamento, trata-se de um efeito de substituição significante. O substituto tem por efeito sub-situar isso ao que ele se substitui. Por efeito dessa substituição, acontece na posição que se crê erroneamente apagado, é simplesmente sub-situado o *Unterdrückt* freudiano.

(...) O recalçado não está escrito – senão no nível de seu retorno. É na medida em que o significante extraído da fórmula da metáfora, vem em ligação, na cadeia, com o que constitui o substituto, que tocamos no recalçado, dito de outro modo: o representante da representação primeira, na medida em que ela está ligada ao fato, lógico, do recalçamento. (Lacan, 1966-67, inédito – lição de 14/12/1966).

Essa constatação é comparada, por Lacan, com sua definição de sujeito com que estamos tratando. Uma e outra são julgadas não idênticas, mas paralelas. Se o *significante é o*

que representa o sujeito para outro significante, caso os dois significantes tivessem características unitárias, o sujeito desapareceria. Mas quando, sob o segundo significante, aparece a significação, subseqüentemente, aparecerão, portanto, outras significações.

Aqui, a metáfora do funcionamento do inconsciente: o S, na medida em que ele ressurge para permitir o retorno do S' recalcado – acontece do S representar o sujeito do inconsciente, no nível de alguma outra coisa, que está aí isso com que lidamos e que temos que determinar o efeito como efeito de significação e que se chama o sintoma. (Lacan, 1966-67, inédito – lição de 14/12/1966).

A dificuldade de estabelecer uma lógica primordial do sujeito é a necessidade de considerar que, num universo de discurso, nada contém tudo, ou seja, não há universo do discurso. O recalcado não está escrito, pois “a perda não existe antes que uma simbolização lhe indique o lugar” (Lacan, 1966/ 1976, p. 208), o que só ocorrerá pelo significante que transporta algo dele, quando de seu retorno. Portanto, o discurso não se fecha porque nele resta o espaço indeterminável que constitui o sujeito:

O sujeito é a introdução de uma perda na realidade, porém nada pode introduzi-lo, uma vez que, por seu *status*, a realidade é tão plena quanto possível. A noção de perda é o efeito proporcionado pela ocorrência da característica que é o que – pela intervenção da letra determinada – estabelece o lugar, digamos a_1 , a_2 , a_3 , e os lugares são espaços, por uma ausência. Quando o sujeito toma o lugar da ausência, introduz-se na palavra uma perda, e esta é a definição de sujeito. Mas, para inscrevê-la, é necessário defini-la num círculo, que chamo de alteridade, da esfera da linguagem. Tudo o que é linguagem é obtido desta alteridade, e é por esta razão que o sujeito é sempre uma coisa evanescente, que corre sob uma cadeia de significantes. (Lacan, 1966/ 1976, pp. 205-206)

O sujeito do inconsciente, mesmo tão evanescente, deseja, na medida em que anseia por reencontrar-se com a coisa insistente, mas indizível. É o que permite definir o desejo como metonímia de toda significação. Sua busca, portanto, é orientada por essa coisa peculiar, que Lacan nomeia objeto perdido, “a”. Sustentando o desejo, o fantasma tenta capturar essa coisa. Por isso, a estrutura do fantasma será dada pela relação entre o sujeito obstado e o objeto a.

A fase sensível do ser vivente, insondável, mas capaz de abranger todo o espectro da dor e prazer do nascimento até a morte, é o *sujeito do gozo*, *jouissance* em francês ou *fruos* em latim. O ser vivente pode ser pensado enquanto sujeito de gozo, mas o organismo evita excessos de gozo. No ser falante há esta organização que força a romper a barreira do prazer (ou talvez só nos faça sonhar que forçamos e rompemos esta barreira). “Tudo o que é elaborado pela construção subjetiva na escala do significante em sua relação com o Outro, e que não tem suas raízes na linguagem, só está ali para permitir que o espectro total do desejo nos deixe abordar, testar esta espécie de gozo proibida, que é o único sentido valioso

oferecido a nossa vida.” (Lacan, 1966/ 1976, p. 207). Sobre o sujeito do gozo, no entanto, trataremos em um momento futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, H., Garapa, M. & Luís, R. (2005). *Elementos de Euclides: livros VII e IX*. Funchal. Trabalho elaborado no âmbito da cadeira de Fundamentos Históricos da Matemática, inserida no Mestrado em Matemática, Universidade da Madeira. Recuperado em 11 de julho de 2011, de <http://members.netmadeira.com/rafaelluis/documentos/euclides7e9.pdf>
- Conté, C. (1995). *O real e o sexual: de Freud a Lacan*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- J. Damourrette et E. Pichon (1928). Sur la signification psychologique de la négation en français. In *Journal de psychologie et pathologique*. Paris: Félix Alcan.
- J. Damourrette et E. Pichon (1993). Grammaire et Inconscient. In *Supplément au numéro deux de L'Unebêvue*, Ecole Lacanienne de Psychanalyse.
- Darmon, M. (1994). *Ensaio sobre a topologia lacaniana*. (E. A. N. do Vale, trad.) Porto Alegre: Artes médicas.
- Freud, S. (1996). Sinopses dos escritos científicos do Dr. Sigm. Freud: Sobre a interpretação das afasias, estudo crítico. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (M. Salomão, trad., Vol. 3, pp. 230-231). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original escrito em 1891).
- Freud, S. (1996). Estudos sobre a histeria. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (C. M. Oiticica & V. Ribeiro, trad., Vol. 2, pp. 13-350). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original escrito em 1893).
- Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. L. Meurer, trad., Vol. 1, pp. 333-468). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original escrito em 1895 e publicado postumamente em 1950).
- Freud, S. (1996). Carta 52. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. L. Meurer, trad., Vol. 1, pp. 281-287). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original escrito em 1896 e publicado postumamente em 1950).
- Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (W. I. Oliveira, trad., Vols. 4 e 5, pp. 11-650). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (1996). Fragmento da análise de um caso de histeria. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (V. Ribeiro, trad., Vol. 7, pp. 13-116). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905a).
- Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a sexualidade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (V. Ribeiro, trad., Vol. 7, pp. 117-231). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905b).

Freud, S. (1996). Notas explicativas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia – “O Caso Schreber”. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. O. A. Abreu, trad., Vol. 12, pp. 13-89). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1911).

Freud, S. (1996). Conferências introdutórias sobre psicanálise: fixação em traumas – o inconsciente. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. L. Meurer, trad., Vol. 16, pp. 281-292). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917).

Freud, S. (1996). Uma neurose infantil. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (E. A. M. Souza, trad., Vol. 17, pp. 13-127). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1918).

Freud, S. (1996). Psicologia e grupo e a análise do ego. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (E. A. M. de Souza, trad., Vol. 18, pp. 77-154). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921).

Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. O. A. Abreu, trad., Vol. 21, pp. 65-148). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930).

Freud, S. (1996). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise: a dissecação da personalidade psíquica. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. L. Meurer, trad., Vol. 22, pp. 65-84). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933).

Freud, S. (2004). Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, H. Araújo, E. V. K. P. Susemihl & M. R. Salzano, trads., Vol. 1, pp. 63-77). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1911).

Freud, S. (2004). À guisa de introdução ao narcisismo. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, H. Araújo, E. V. K. P. Susemihl & M. R. Salzano, trads., Vol. 1, pp. 95-131). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914).

Freud, S. (2004). Pulsões e destinos da pulsão. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, H. Araújo, E. V. K. P. Susemihl & M. R. Salzano, trads., Vol. 1, pp. 133-173). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915a).

Freud, S. (2004). O recalque. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, H. Araújo, E. V. K. P. Susemihl & M. R. Salzano, trads., Vol. 1, pp. 175-193). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915b).

Freud, S. (2006). O inconsciente. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, C. Dornbusch, H. Araújo & M. R. Salzano, trads., Vol. 2, pp. 13-74). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915c).

Freud, S (2006). Luto e melancolia. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, C. Dornbusch, H. Araújo & M. R. Salzano, trads., Vol. 2, pp. 99-122). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917).

Freud, S. (2007). O eu e o id. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, C. Dornbusch, H. Araújo, E. V. K. P. Susemihl & M. R. Salzano, trads., Vol. 3, pp. 13-92). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).

Freud, S. (2007). A negativa. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, C. Dornbusch, H. Araújo, E. V. K. P. Susemihl & M. R. Salzano, trads., Vol. 3, pp. 145-157). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925).

Hyppolite, J. (1998). Comentário falado sobre a *Verneinung* de Freud. In *Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 893-902). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Comunicação feita em 10 de fevereiro de 1954).

Lacan, J. (1858-59). *Le Seminaire: Le désir et son interprétation* – inédito.

Lacan, J. (1961-62). *Le Seminaire: L'Identification* – inédito.

Lacan, J. (1966-67). *Le Seminaire: La logique du fantasme* – inédito.

Lacan J. (1976). Da estrutura como intromistura de um pré-requisito de alteridade e um sujeito qualquer. In Macksey, R. e Donato, E. (orgs.) *A controvérsia estruturalista* (pp. 198-212). São Paulo: Cultrix. (Apresentação proferida em 1966 e publicada originalmente em 1976).

Lacan, J. (1986). *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. (B. Milan, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário ministrado nos anos de 1953 e 1954 e publicado originalmente em 1975).

Lacan, J. (1988). *O Seminário; livro 7: a ética da psicanálise*. (A. Quinet, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário ministrado nos anos de 1959 e 1960 e publicado originalmente em 1986).

Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do *eu* tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In *Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 96-100). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Comunicação feita em 17 de julho de 1949).

Lacan, J. (1998). Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a *Verneinung* de Freud. In *Escritos*; (V. Ribeiro, trad., pp. 383-401). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Comunicação feita em 10 de fevereiro de 1954).

Lacan, J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In *Escritos*; (V. Ribeiro, trad., pp. 537-590). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In *Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 496-533). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Comunicação feita em 9 de maio de 1957).

Lacan, J. (1998). Posição do inconsciente no Colóquio de Boneval. In *Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 843-864). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1966).

Lacan, J. (1999). *O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário ministrado nos anos de 1957 e 1958 e publicado originalmente em 1998).

Lacan, J. (2002). *O Seminário, livro 3: as psicoses* (A. Menezes, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário ministrado nos anos de 1955 e 1956 e publicado originalmente em 1981).

Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (M. D. Magno, trad). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário ministrado no ano de 1964 e publicado originalmente em 1973).

Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário ministrado nos anos de 1968 e 1969 e publicado originalmente em 2006).

Lacan, J. (2009). *O Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário ministrado no ano de 1971 e publicado originalmente em 2007).

Laplanche, J. & Pontallis, J. B. (2004). *Vocabulário de Psicanálise*. (P. Tamen, trad.) São Paulo: Martins Fontes.

Miller, J. A. (2009). *Um início na vida: de Sartre a Lacan*. (A. L. Pessoa, trad.) Rio de Janeiro: Subversos.

Milner, J. C. (2010). Linguística e psicanálise. *Revista Estudos Lacanianos*, 3 (4), Belo Horizonte. Recuperado em 05 de fevereiro de 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-07692010000100002&lng=pt&nrm=iso

Quilichini, J. T. (2004). O conceito de representação. In *Dicionário de psicanálise: Freud e Lacan* (D. A. L. Araújo et. al., trads., Vol. 2, pp. 66-84). Salvador: Ágalma.

Rabinovitch, S. (2001). *A forclusão: presos do lado de fora*. (L. Magalhães, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Roudinesco, E., Plon, M., Ribeiro, V. & Magalhães, L. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Salatiel, J. R. (2010, julho/ dezembro). Peirce, Charles Sanders: Leis da natureza. *Trilhas Filosóficas – Revista Acadêmica de Filosofia*, 3 (2), Caicó. Recuperado em 05 de fevereiro de 2012, de http://www.uern.br/outros/trilhasfilosoficas/conteudo/N_06/III_2_trad_Salatiel.pdf

Salatiel, J. R. (2011, julho). Aspectos Filosóficos da Lógica Trivalente de Peirce. *Kínesis*, 3 (5), 31-42. Recuperado em 05 de fevereiro e 2012 de <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/JoseRenatoSalatiel.pdf>

Saussure, F. (1993). *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado postumamente em 1916).

Teixeira, A. (1992). *Affirmation et subversion du cogito cartésien chez Lacan*. Mémoire de Diplôme d'Etudes Approfondies, D. E. A. de Psycanalyse, Université de Paris VIII, Saint Denis.

Vaz, H. (1991). *Antropologia filosófica*. São Paulo: Loyola.

Vorcaro, A. M. R. (1997). *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Cia de Freud.